



# RELATÓRIO & CONTAS

## 2009

Praceta João Caetano Brás Nº 10 1º A.B.C.

2005 – 517 Santarém

---

I.	Órgãos Sociais.....	3
II.	Relatório do Conselho de Administração .....	4
	Introdução.....	4
	Enquadramento macroeconómico .....	8
	Actividade .....	11
	Análise económica e financeira.....	21
	Perspectivas futuras.....	30
	Agradecimentos.....	32
	Proposta de aplicação de resultados .....	33
III.	Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2009 .....	34
	Balanço em 31 de Dezembro de 2009.....	35
	Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2009 .....	38
	Notas explicativas às Demonstrações Financeiras.....	40
	Introdução.....	40
	NOTA 3 – Critérios de avaliação.....	40
	NOTA 10 – Inventário de títulos e de imobilizações financeiras.....	42
	NOTA 11 – Movimentos do activo imobilizado .....	42
	NOTA 14 - Créditos sobre instituições de crédito e clientes.....	43
	NOTA 23 - Compromissos assumidos .....	44
	NOTA 24 - Movimento das provisões .....	45
	NOTA 29 – Capital próprio .....	46
	NOTA 31 – Outros activos e passivos .....	47
	NOTA 34 – Volume de emprego.....	48
	NOTA 35 - Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais.....	49
	NOTA 39- Outros resultados de exploração .....	51
	NOTA 41 – Carga fiscal .....	52
	NOTA 45 - Operações de locação financeira .....	52
	NOTA 50 – Informação sobre participações financeiras.....	53
	NOTA 51 – Outras informações .....	53
	Anexo .....	55
IV.	Relatório e Parecer do Fiscal Único .....	57
V.	Certificação Legal de Contas.....	58
VI.	Relatório do Auditor Independente .....	60

---

## I. Órgãos Sociais

### Mesa da Assembleia Geral

<b>Presidente</b>	Instituto de Turismo de Portugal, I.P., representado por Nuno Moreira de Almeida Queiroz de Barros
<b>Vice-Presidente</b>	NERCAB – Associação Empresarial da Região de Castelo Branco, A.E., representada por João Fernandes Antunes
<b>Secretário</b>	Banco Santander Totta Portugal, S.A., representado por José António Silva Barata

### Conselho de Administração

<b>Presidente</b>	José Fernando Ramos de Figueiredo
<b>Vogais</b>	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação – IAPMEI, representado por Luís Filipe Soares dos Santos
	NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém A.E., representada por João Artur Ferreira da Costa Rosa
	Banco BPI, S.A., representado por Renato Fernando Ribeiro da Silva
	Banco Comercial Português, S.A., representado por Anabela Pereira Dolores Frazão
	Caixa Geral de Depósitos, S.A., representada por Isabel Maria Lopes Vieira Neto
	Banco Espírito Santo, S.A., representado por Vítor Manuel de Oliveira Ferreira
	Turismo de Portugal, IP, representado por Carlos Gustavo Vieira Farrajota Cavaco
	S.P.G.M. – Sociedade de Investimento, S.A., representada por Rui Pedro Lopes Brogueira
	Nerlei – Associação Empresarial da Região de Leiria, A.E., representada por Pedro Nuno de Matos Guimarães Neto
	Banco Santander Totta Portugal, S.A. representado por Octávio José da Conceição Cordeiro

### Comissão Executiva

<b>Presidente</b>	José Fernando Ramos de Figueiredo
<b>Vogais</b>	Renato Fernando Ribeiro da Silva
	João Artur Ferreira da Costa Rosa
	Anabela Pereira Dolores Frazão
	Rui Pedro Lopes Brogueira

### Fiscal Único

<b>Efectivo</b>	Santos Carvalho & Associados, SROC, S.A., representada por Augusto dos Santos Carvalho
<b>Suplente</b>	Armando Luís Vieira de Magalhães

## II. Relatório do Conselho de Administração

### Introdução

A Garval – Sociedade de Garantia Mútua, S.A. concluiu em 2009 o seu sétimo ano de actividade. Após a elevada receptividade verificada junto do mercado para o produto *Garantia Mútua*, o ano que agora finda veio reforçar a convicção existente acerca da oportunidade e da necessidade que representam as Sociedades de Garantia Mútua (SGM) para as Pequenas e Médias Empresas (PME) do nosso País. Em particular, atentas as especificidades reveladas durante este período, a garantia mútua revelou-se um valioso estabilizador automático do nível de crédito concedido às empresas numa época de contracção deste importante vector de sustentabilidade e crescimento económico.

O ano de 2009 veio afirmar uma conjuntura de crise internacional, iniciada no segundo semestre do ano anterior, com particulares incidências no mercado de crédito. Com efeito, as restrições sentidas pelos Bancos ao nível do financiamento da sua actividade corrente provocaram um reflexo de redução do nível de concessão de crédito às empresas. Ainda que os indexantes de referência para a formação do custo do crédito se tenham mantido a um nível historicamente baixo, fruto da actuação concertada das várias autoridades monetárias a nível internacional, a percepção de um maior nível de risco traduziu-se num aumento dos spreads praticados nas operações de financiamento. Paralelamente, a evolução da percepção de risco conjuntural provocou uma maior restritividade da concessão de crédito por parte dos Bancos.

Estes dois efeitos: dificuldade no acesso ao crédito por parte das empresas e aumento do custo associado aos financiamentos, aliados a uma conjuntura internacional desfavorável, nomeadamente no que respeita aos principais e tradicionais mercados de exportação, condicionaram o desempenho e a estratégia das empresas durante o ano transacto. Sendo a Garval uma entidade umbilicalmente ligada às empresas, este paradigma marcou de forma indelével a actividade da Sociedade durante o período a que respeita este Relatório.

A Garval continuou a prosseguir a sua missão de melhorar o acesso ao crédito por parte das PME portuguesas, actuando através da qualidade das garantias emitidas e facilitando a contratação de operações de financiamento em condições mais adequadas face às necessidades das empresas. Para a concretização deste objectivo, foi reforçada a dinamização dos protocolos já existentes com Instituições Bancárias (Banco BPI, Millennium bcp, Grupo BES, Caixa Geral de Depósitos, Grupo

Santander Totta, Barclays Bank, Caixa Económica Montepio Geral, Banco Português de Negócios, Caixa Central do Crédito Agrícola Mútuo, Banco Popular Portugal, Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. e Banco Bilbao Vizcaya Argentaria) e que conheceram, no ano que agora finda, um acentuado crescimento.

No âmbito do Programa FINICIA do IAPMEI, foram assinados 5 novos protocolos ao abrigo do Eixo III deste programa (Coimbra, Batalha, Tábua, Avis e Elvas) que representam um volume global de 1,8 milhões de euros de fundos iniciais disponíveis para pequenas iniciativas empresariais de âmbito regional. No âmbito do Eixo II do mesmo programa mantiveram-se disponíveis os protocolos de apoio ao ciclo de vida inicial das empresas anteriormente celebrados com o Banco Espírito Santo e com o Millennium bcp, bem como o protocolo para Microcrédito existente com o Banco BPI.

As sociedades de garantia mútua, no âmbito do Programa FINCRESCE do IAPMEI, que visa a identificação das PME Líder (empresas que pelas suas qualidades de desempenho e perfil de risco se posicionem como motor da economia nacional em diferentes sectores de actividade, prosseguindo estratégias de crescimento e liderança competitiva), tendo em vista a disponibilização de um conjunto de soluções financeiras muito favoráveis a essas empresas através da negociação de linhas de crédito com as principais entidades bancárias, permitiram estabelecer uma plataforma única de avaliação do potencial económico e perfil de risco das empresas, com a harmonização dos critérios de avaliação das diferentes entidades, tendo em conta os critérios utilizados nas linhas de crédito protocoladas entre as sociedades de garantia mútua e as instituições de crédito em questão.

O ano de 2009 ficou marcado pela continuação da intervenção da garantia mútua nas linhas PME Investe que haviam sido implementadas pelo Ministério da Economia e Inovação, no âmbito da política do Governo de reacção à conjuntura adversa que se fazia sentir no mercado de crédito, em particular no acesso a financiamento por parte das PME. Nesse sentido, foi concluída a intervenção nas Linhas PME Investe I, com dotação para 750 milhões de euros de financiamentos e PME Investe II com dotação para 1 000 milhões de euros de financiamento, ambas iniciadas em 2008. Ambas as Linhas pressupõem a utilização de garantia mútua para 50% do montante de financiamento a conceder às empresas.

Em 2009 foram celebradas duas novas Linhas PME Investe: III, com dotação para 1,6 mil milhões de euros de Financiamento pressupondo a intervenção de garantia mútua até 950 milhões de euros; e IV, com dotação para 400 milhões de euros de Financiamento pressupondo a intervenção de garantia mútua até 250 milhões de euros. Estas novas linhas apresentaram uma sub-linha específica (MPE) para micro e pequenas empresas, em função do número de trabalhadores, permitindo apoiar a nível

nacional perto de 36 000 empresas. Em particular, a Garval apoiou 5 877 empresas através das sub-linhas MPE.

Para a Região Autónoma dos Açores foram operacionalizadas duas Linhas específicas (Linha de Crédito Açores Investe e Linha de Crédito Açores Empresas) com contornos semelhantes às Linhas PME Investe anteriormente referidas, atentas as especificidades próprias da Região e do seu tecido empresarial, ambas promovidas pelo Governo Regional dos Açores.

A intervenção nestas Linhas alterou o paradigma de funcionamento da Sociedade que, por terem um período de distribuição concentrado no tempo e sendo dinamizadas pelas redes comerciais dos vários Bancos protocolados, mantiveram um elevado nível de pressão sobre a estrutura humana, tecnológica e processos. Não obstante, foi possível manter o nível de serviço, assegurando resposta às solicitações com elevados padrões de qualidade, dentro dos prazos definidos, sem perda de controlo da qualidade do crédito.

Foi também mantida a intervenção ao nível das linhas de crédito para estudantes com várias instituições de crédito (Banco BPI, Banco Santander Totta, Banif, Millennium bcp, Montepio, Caixa Geral de Depósitos, Banco Espírito Santo e Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, esta já durante 2008), promovendo a igualdade de oportunidades do acesso ao ensino superior. Esta intervenção, tornada possível com a publicação do diploma DL 309-A/2007, que alterou a legislação das Sociedades de Garantia Mútua, passando a permitir também a garantia de pessoas individuais e a prestação de garantias de carteira, bem como de dotações específicas para o Fundo de Contragarantia Mútuo realizadas pelo Ministério do Ensino Superior, permitiu o apoio por parte do Sistema Nacional de Garantia Mútua a mais de onze mil estudantes.

Neste exercício há ainda que destacar o lançamento da Linha de Apoio ao Empreendedorismo e Criação do Próprio Emprego, promovida pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e protocolada com o sistema bancário e as SGM no montante global de 100 milhões de euros. Esta linha para além do envolvimento de um novo e relevante parceiro no Sistema – o Ministério do Trabalho e Solidariedade Social – tem a SPGM, como entidade encarregue pela gestão da referida Linha.

Mais do que manter a trajectória de crescimento que vinha registando em períodos anteriores, o ano de 2009 representou um incremento sem precedentes da procura do produto garantia mútua. O crescimento verificado ao nível do volume de garantias concedidas, do crédito apoiado junto do sistema financeiro, do número de garantias emitidas e do número de novos mutualistas não tem

paralelo com os anos anteriores, apresentando uma expressão a todos os níveis assinalável.

A *Garantia Mútua* continuou o seu percurso de sucesso de inserção no tecido empresarial e financeiro com o conseqüente aumento da sua notoriedade. Para além da actuação independente da Garval, apresenta-se como igualmente importante a manutenção da divulgação nacional promovida pela SPGM – Sociedade de Investimento, S.A., em colaboração com as restantes Sociedades de Garantia Mútua. A necessidade de tornar a Garval e o produto *Garantia Mútua* mais reconhecidos junto das empresas e do mercado continuará a justificar o esforço da Sociedade através da presença em meios de divulgação nacionais, regionais e locais, bem como através de colaborações com parceiros institucionais.

Com sede em Santarém, fomos, conjuntamente com a Lisgarante - Sociedade de Garantia Mútua, S.A., com sede em Lisboa, e com a Norgarante - Sociedade de Garantia Mútua, S.A., com sede no Porto, uma das primeiras Sociedades de Garantia Mútua a operar em Portugal. No início de 2007, principiou a actividade a Agrogarante – Sociedade de Garantia Mútua, S.A., com sede em Coimbra, para actuação específica no sector agro-florestal. A sociedade tem orientado o desenvolvimento da sua actividade para as PME da zona Centro do País e Região Autónoma dos Açores.

A Garval manteve a sua estratégia de proactividade comercial junto das empresas do tecido económico de intervenção, encontrando quer no contacto directo junto empresas quer na possibilidade de criar valor com as nossas intervenções, uma recompensa pela acção desenvolvida na oportunidade de poder actuar ao lado das PME como parceiros na melhoria das suas condições de financiamento. Adicionalmente, esta orientação permite uma abordagem ao mercado através do direccionamento da proactividade comercial em consistência com uma equilibrada gestão de risco da carteira.

## Enquadramento macroeconómico

O ano de 2009 foi marcado na economia portuguesa por uma forte contracção do PIB – segundo as estimativas rápidas do INE cifrou-se em **-2,7%**, abaixo das estimativas do Eurostat para a UE e para a Zona Euro, **-2,3%** e **-2,1%** respectivamente. Ainda segundo o Eurostat, em Dezembro de 2009, o desemprego em Portugal atingiu os **10,4%** – a oitava taxa mais alta da UE. De acordo com o Boletim Económico de Inverno do Banco de Portugal (BdP) a queda das exportações e a diminuição do investimento privado são os factores que mais contribuíram para a diminuição do PIB.

A perspectiva para o final do ano de 2009, melhora quando analisados os dados trimestrais do INE. Os segundo e terceiro trimestres foram já de ligeira recuperação económica, de **0,6%**, terminando com um último trimestre de estagnação. Contudo, como o mercado de trabalho demora algum tempo a ajustar e precisa de um crescimento sustentado para recuperar, esta ténue recuperação ainda não se reflecte no valor do desemprego. Assim, é expectável que os números do desemprego possam continuar a subir em 2010.

Estes números são consistentes com o que se passou quer na Europa quer no mundo, em que as projecções mais recentes, apontam para que o ano de 2009 tenha sido um ano de recessão mundial mais forte do que o previsto. No entanto, conforme se foram consolidando os efeitos das agressivas políticas anti-crise, quer pelos principais bancos centrais quer pelos governos, a economia mundial começou a mostrar os primeiros sinais de recuperação – World Economic Outlook do FMI e Boletim Mensal de Fevereiro do BCE – principalmente a partir do segundo semestre. Sabendo-se que o crescimento do PIB Português se encontra muito dependente do mercado europeu e mundial, esta recuperação mundial poderá ter um impacto positivo na economia nacional.

Esta recuperação deverá consolidar-se em 2010, não estando, ainda assim, isenta de riscos, particularmente na forma como as economias vão reagir à retirada dos incentivos extraordinários e à necessidade de reequilibrar os défices públicos.

Este problema é premente, por exemplo, para alguns países do sul da Europa, em particular para Portugal, pois como não houve oportunidade para que a diminuição do défice assumisse características sustentadas antes da crise, a pressão internacional para a sua diminuição é muito



grande, agravada pelo risco de ver o *rating* do país diminuído, com o conseqüente agravamento do custo do crédito, potencialmente influente na recuperação económica.

A nível europeu e mundial também existe um potencial risco que as massivas injeções de liquidez feitas pelos bancos centrais possa gerar uma crise inflacionista.

O mercado bolsista português, apesar de ter atingido valores aos níveis de 2003 no seu mínimo de Março, acabou por ter um comportamento final de recuperação, em linha com os mercados mundiais, apesar do nervosismo dos mercados patente na grande volatilidade dos mesmos.

A inflação de 2009 em Portugal registou um valor negativo de **-0,8%**, o que segundo o Boletim de Económico de Inverno do BdP terá sido transitório, prevendo-se que em 2010 volte a valores ligeiramente positivos.

### **Sistema bancário nacional**

Durante o ano de 2009 assistiu-se a um progressivo retornar da confiança ao mercado interbancário, com reflexos na crescente normalização das relações entre os bancos. O sistema bancário nacional conseguiu, de forma geral, resistir à pior fase da crise e ainda aumentar os seus rácios de capital, de acordo com as recomendações do BdP, mesmo só utilizando cerca de 20% das ajudas estatais.

Segundo os mais recentes “Inquéritos aos Bancos sobre o Mercado de Crédito” (IBMC) do BdP, os bancos estão a seguir critérios mais exigentes na concessão de crédito. Assim, as maturidades, as garantias exigidas, as avaliações dos riscos, as condições contratuais não pecuniárias, as comissões e outros encargos não relacionados com a taxa de juro, ter-se-ão tornado mais restritivas. Mesmo com a redução da procura de crédito, principalmente pela diminuição das necessidades de financiamento de investimento, houve um agravamento dos *spreads*.



## **Actividade**

### **Enquadramento**

Para o desempenho evidenciado pela Sociedade no exercício de 2009 em muito contribuiu a reorganização levada a cabo durante o ano transacto, permitindo aumentar os níveis de eficiência e a capacidade de resposta da Garval. Esta reorganização foi complementada com o aumento do nível de recursos humanos e a melhoria dos meios materiais, nomeadamente quanto ao nível das plataformas informáticas.

Para além do recurso a entidades externas que têm vindo a prestar apoio ao nível de consultoria, a Sociedade tem beneficiado grandemente com o elevado grau de coordenação que regista o Sistema Nacional de Garantia Mútua, apresentando a todo o momento os seus contributos numa perspectiva de desenvolvimento integrada.

Apresentando um escrupuloso cumprimento do mandato existente, a Sociedade apresentou um crescimento relevante dos seus recursos humanos, com uma taxa de redimensionamento de 62,5% face a 2008. Apenas através do crescimento orgânico se tornou possível responder ao aumento do nível de procura que se registou, assim como aos picos de produção motivados pelo início de distribuição e de contratação das Linhas PME Investe.

O desempenho operacional da Garval foi muito positivo, registando-se o crescimento do volume de contratação, do número de empresas apoiadas e, principalmente, da carteira de garantias vivas. No entanto, a concentração significativa do volume de contratação que se registou durante o último quadrimestre do ano, sem ser a este nível o factor mais relevante, influenciou negativamente as contas de exploração da Sociedade. Este impacto negativo no exercício em curso resulta do facto dos proveitos que advêm da formalização destas garantias, necessariamente especializados por períodos fiscais, não compensarem as provisões para Riscos Gerais de Crédito obrigatórias que foram realizadas. Todavia, as operações contratadas no período referido repercutir-se-ão na geração de proveitos em benefício dos exercícios seguintes.

Também o efeito do aumento da sinistralidade, quer em montante de garantia, quer em montante líquido do sinistro, provocando um significativo aumento nas rubricas de Provisões para Crédito Vencido influenciou decisiva e negativamente os Resultados da Sociedade.

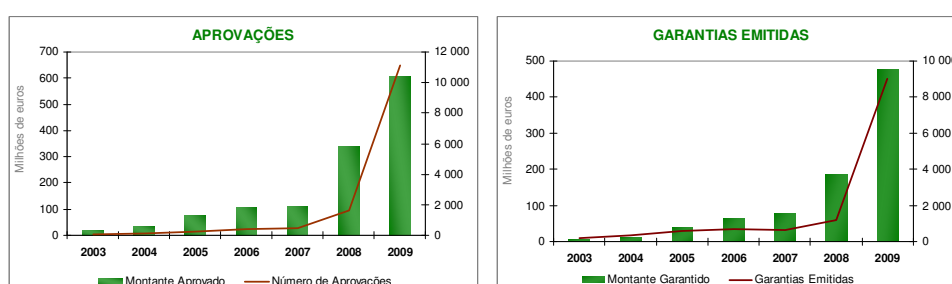
Tendo em particular atenção a conjuntura adversa que se coloca sobre a economia e que pressiona as empresas, optou a Sociedade por realizar um nível de provisões económicas que precavesse a possibilidade de verificação futura de um aumento significativo dos níveis de sinistralidade. Esta medida pretende proteger o Balanço da Sociedade face a potenciais perdas futuras, devendo ser entendida principalmente como uma medida de prudência face à incerteza da evolução dos mercados sobre a carteira de garantias.

Para além da constituição de Provisões Económicas, realizadas em conformidade com a percepção da deterioração da qualidade da carteira de crédito, a Garval constituiu provisões anti-ciclo que se destinam a reflectir no Balanço da Sociedade o impacto do potencial de degradação da conjuntura económica.

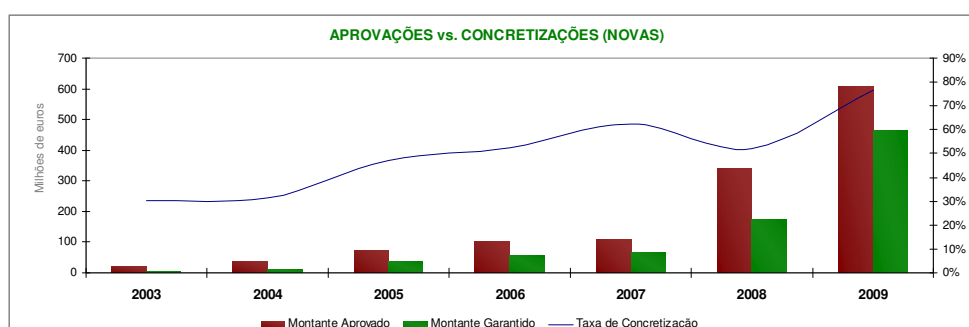
No âmbito da adequação dos níveis de capitalização da Sociedade, num período particularmente exigente no âmbito do crescimento do negócio, foi realizada a primeira tranche de um aumento de capital que elevará o Capital Social da Garval de 20 para 50 milhões de euros. No exercício de 2009 foram realizados 15 milhões de euros, conforme programado.

## Actividade Desenvolvida

Em 2009, a Garval prestou 8 908 garantias que ascenderam a um total de 468,3 milhões de euros. Destas, 80 são renovações de garantias já emitidas, representando no conjunto 12,4 milhões de euros. As garantias prestadas ao abrigo das linhas PME Investe representam 82,6% da produção total, com um montante total garantido de 392,5 milhões de euros. O valor médio de garantias situou-se em 53,3 mil euros, o que representa um decréscimo de 63,5% face ao ano anterior. No mesmo período foram aprovadas 11 132 garantias e *plafonds* de garantias, no montante de 607,7 milhões de euros.



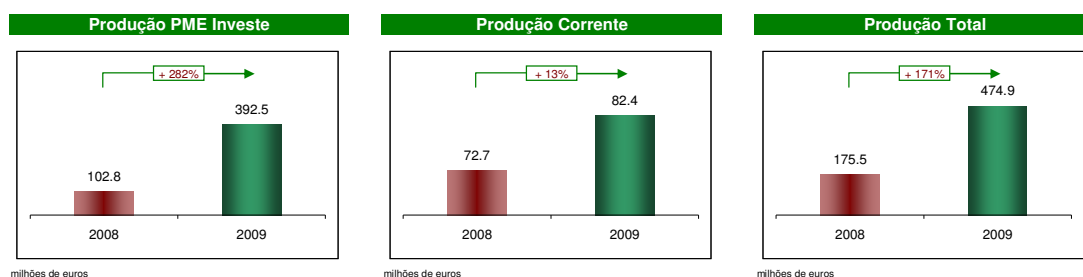
Desde o início de actividade da Garval em 2003, o acumulado das garantias emitidas ascendeu a 865,7 milhões de euros. Fruto da intervenção nas Linhas PME Investe, em particular nas sub-linhas MPE, verificou-se uma evolução positiva na taxa de concretização, atingindo os 77%.



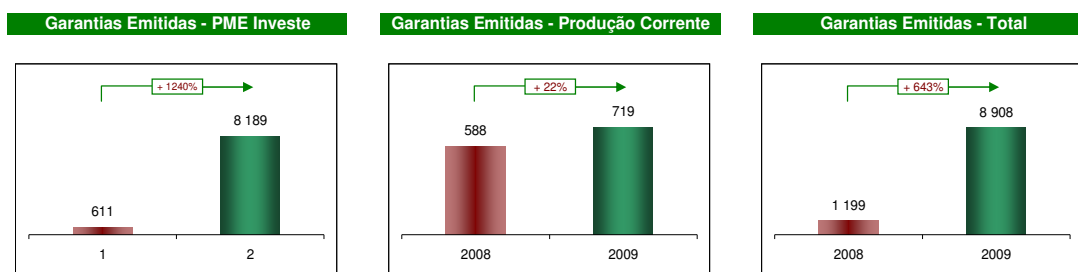
Como já foi oportunamente referido, o crescimento da Sociedade no ano de 2009 deveu-se sobretudo à intervenção nas Linhas PME Investe. O montante de garantias emitidas ao abrigo destas Linhas atingiu 392,5 milhões de euros, representando um crescimento de 262% face ao verificado em 2008, ainda que estas Linhas apenas tenham sido implementadas no segundo semestre desse ano. No entanto, importa referir que a produção corrente da Sociedade, excluindo a actuação ao abrigo das

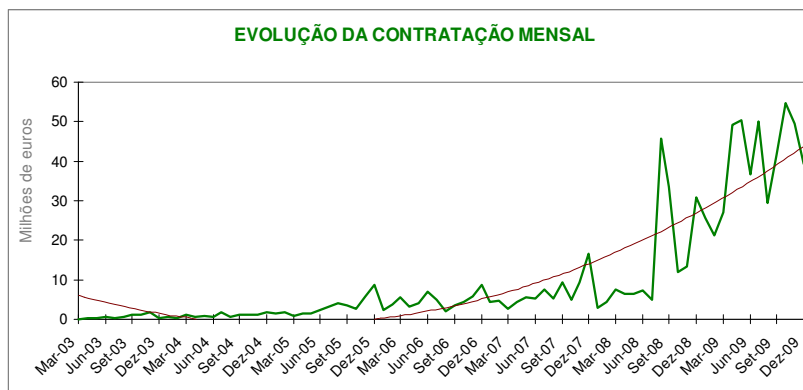
Linhas PME Investe, apresentou um crescimento de 13%, pese embora o consumo de recursos a que obrigou a participação nas referidas Linhas. Tal representa também a evidência do compromisso da Garval em prestar apoio às empresas do seu âmbito de actuação, em particular numa conjuntura de constrangimento no acesso ao mercado de crédito e na negociação de melhores condições de financiamento.

Em termos globais, o desempenho da Sociedade ao nível da contratação de garantias cresceu 171% face a 2008.

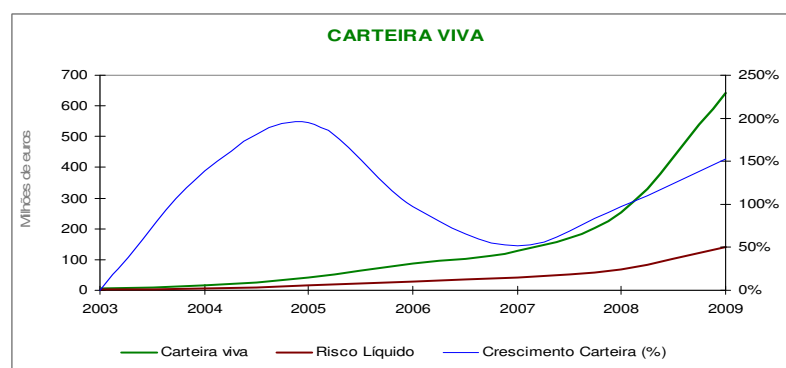


Para além do volume de produção referido anteriormente, o ano de 2009 representou um desafio à capacidade da estrutura produtiva da Garval no que respeita ao processo de formalização de operações, especialmente no que se tratou da contratação de garantias ao abrigo das sub-linhas MPE. O número de garantias emitidas apresentou um crescimento de 643%, resultado da emissão de mais 7 578 garantias PME Investe face a 2008. Também ao nível da produção corrente foram emitidas mais 22% de garantias, um crescimento que sendo superior ao crescimento em volume neste segmento representou um menor montante de garantia média e a intervenção junto de um maior número de empresas.





Verificou-se em 2009 um aumento de 152,2% da carteira viva de garantias face ao período homólogo do ano anterior, que resultou principalmente do aumento da produção através das linhas PME Investe. O crescimento da carteira tem vindo a ser acompanhado por um aumento do nível de contragarantia de FCGM permitindo que o ritmo de crescimento do risco líquido seja significativamente inferior à taxa de crescimento da carteira. No final de 2009 a contragarantia média da carteira situava-se em 78,1%.



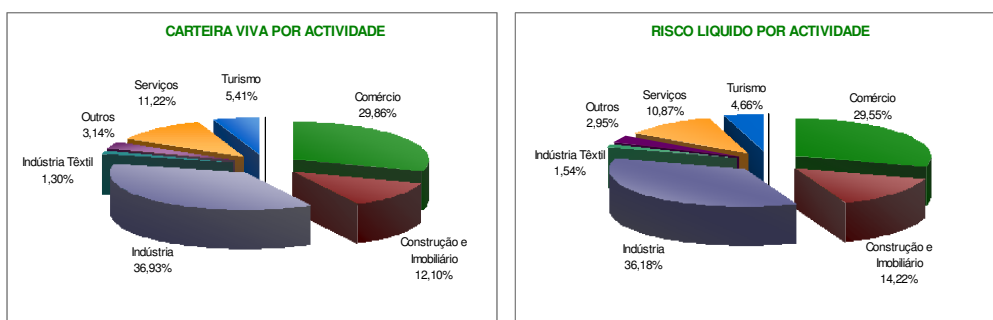
Da desagregação da carteira por actividade verifica-se uma maior intervenção junto do sector da Indústria, que corresponde a 36,9% do montante garantido, apresentando um valor de garantia média na ordem dos 143,3 mil euros.

O sector do Comércio assume também uma posição relevo, representando 29,8% da carteira viva, com uma garantia viva média de 58,1 mil euros. Este sector apresenta a maior concentração em termos de número de garantias vivas (33,9%).

O sector da Construção e Imobiliário representa 12,1% da carteira viva ainda que, no que respeita ao

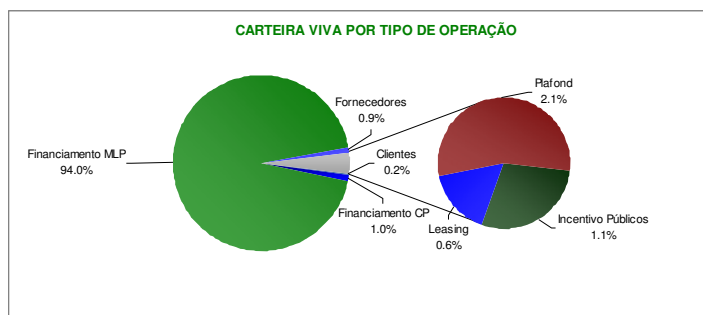
número de garantias vivas, este sector de actividade represente 20,3% do total de garantias. Tal reflecte o tipo de actuação junto do sector, caracterizada, em grande medida, pela intervenção através de plafonds de garantias técnicas e de boa execução.

O sector dos Serviços também tem um peso significativo na carteira, representando 11,2% do montante total da carteira viva, e 16% do número de garantias vivas. A garantia média neste sector é de cerca de 61,5 mil euros.



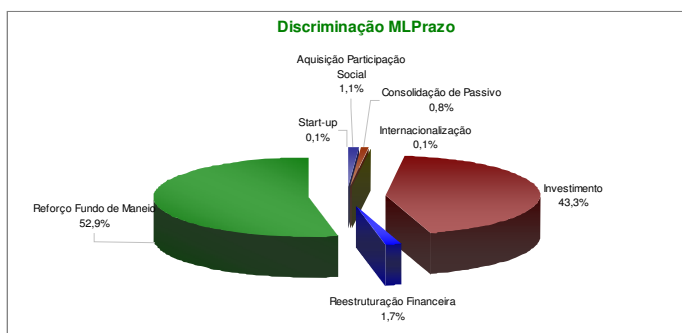
No que diz respeito ao número de garantias vivas, verifica-se uma elevada concentração através da intervenção em Financiamentos de médio/longo prazo, com 10 018 garantias, que representam 87,1% do número total de garantias vivas. O valor médio destas garantias é de cerca de 59,7 mil euros. De seguida destaca-se a intervenção através de Plafonds de garantias técnicas e de boa execução, com 1 216 garantias, representando 10,6% do número total de garantias vivas. O valor médio destas garantias ronda os 11,1 mil euros.

No que concerne ao montante de garantia vivo por tipo de operação, o grosso da carteira corresponde a intervenção em financiamentos de médio/longo prazo, representando este segmento de actuação cerca de 94% do montante vivo total.

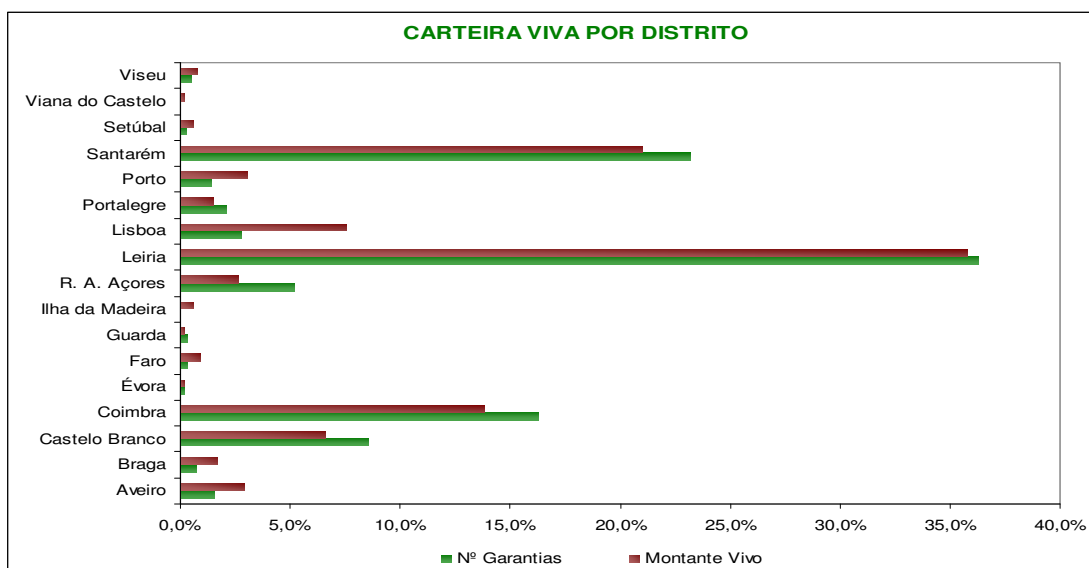




Existe uma elevada concentração da carteira em operações de Financiamento de médio/longo prazo para Reforço de Fundo de Maneio e Investimento (90% do total da carteira). Cerca de 53% da intervenção em Financiamento de médio/longo prazo corresponde a operações de Reforço de Fundo de Maneio, representando estas 50% do total da carteira viva. Os Financiamentos de médio/longo prazo para Investimento continuam a apresentar um peso elevado na carteira viva (41% da carteira total).

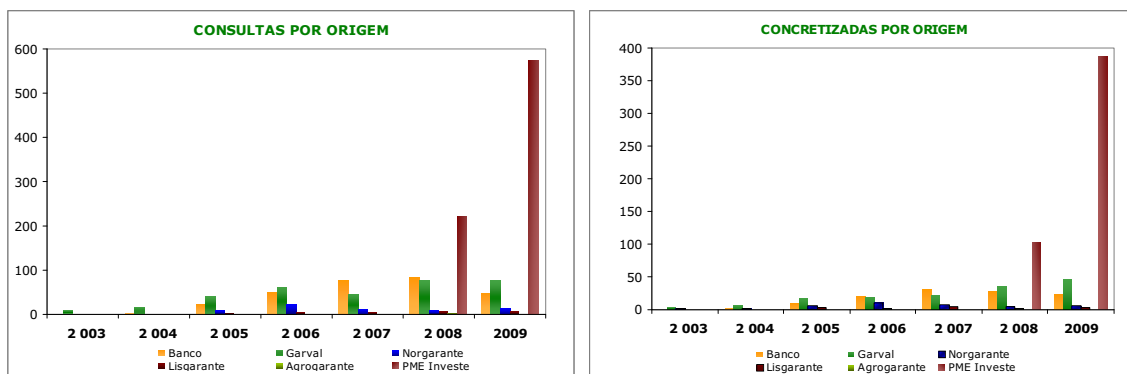


Verifica-se uma clara concentração do montante e número de garantias emitidas nos distritos onde estão sediadas as agências da Garval, pela proximidade às empresas, prescrites de negócio e demais parceiros. O distrito de Coimbra passou, em 2007, a ser acompanhado pela Garval, facto que no possibilitou incrementar significativamente a carteira neste distrito.

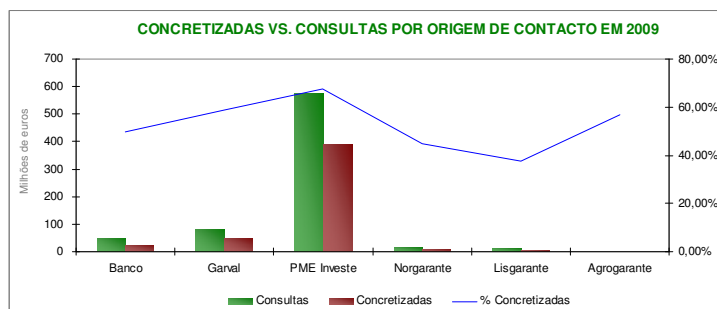


Por origem de consulta é visível uma preponderância das operações apresentadas no âmbito das

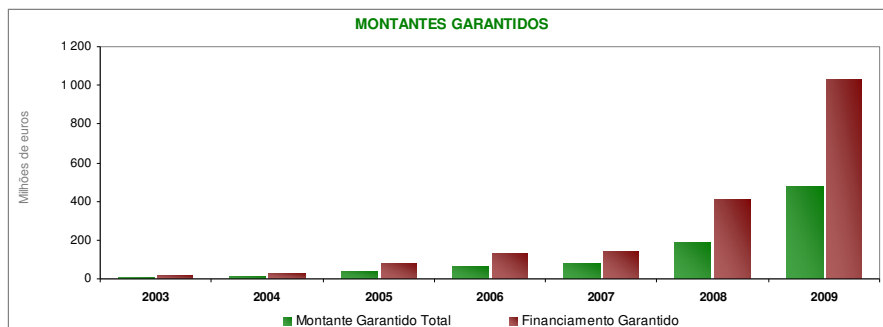
linhas PME Investe. Todavia, sem deixar de ter em conta a necessidade de alocar a quase totalidade dos recursos, durante grande parte do exercício, na resposta às solicitações destas Linhas, é visível um crescimento da contratação de operações captadas directamente junto das empresas.



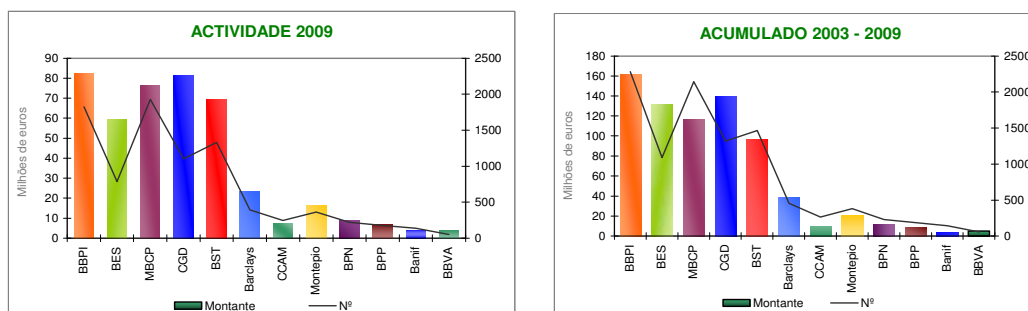
O crescimento do segmento de captação própria, em que a Garval assume o papel de interlocutora dos seus mutualistas perante os Bancos financiadores demonstra o reconhecimento das empresas na capacidade da Sociedade em promover a correcta estruturação dos créditos face às suas necessidades específicas, beneficiando cumulativamente do papel de representação institucional da Garval junto desses mesmos Bancos.



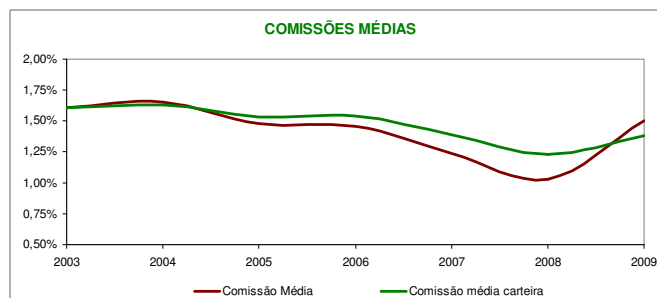
As garantias emitidas em 2009 permitiram o acesso ao crédito junto do Sistema Financeiro no montante de 1 032 milhões de euros.



Ao nível da actividade desenvolvida no financiamento das empresas em colaboração com Bancos, podemos verificar uma proximidade relativa quanto a um grupo composto pela Caixa Geral de Depósitos, Banco BPI, Millennium bcp, Banco Santander Totta e Banco Espírito Santo, funcionando como grande dinamizador da Garantia Mútua. Ainda que numa dimensão inferior, destacam-se os desempenhos do Barclays Bank, Montepio Geral e Caixa Central do Crédito Agrícola Mútuo.



A comissão média de garantia no final do exercício de 2009 foi de 1,5%, registando um acréscimo de 0,42 p.p. face ao verificado em 2008 (1,07%) e recuperando de uma tendência de redução que se vinha registando desde 2004.



A carteira viva cresceu novamente de uma forma significativa, ascendendo a 642,8 milhões de euros no final de 2009, o que representa um crescimento de 152,2% face aos 254,8 milhões de euros registados no final de 2008.

As garantias prestadas pela Garval encontram-se automaticamente contragarantidas através do Fundo de ContraGarantia Mútuo (FCGM), num montante que assume no mínimo 50% da garantia emitida. Evidencia-se em 2009 a manutenção da tendência de aumento da contragarantia prestada pelo FCGM. A contragarantia representa 78,1% da carteira viva sendo, portanto, o risco líquido assumido pela Garval de 21,9%. A alavancagem líquida sobre o Capital Social da Garval situou-se nos 4,03.

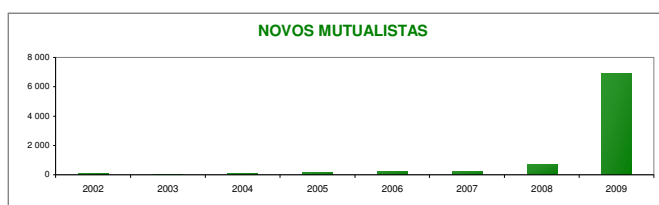
COBERTURA							
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Cobertura FCGM	56,6%	58,0%	64,5%	65,7%	67,5%	72,9%	78,1%
Crescimento Carteira	---	139,0%	195,4%	97,5%	51,0%	97,6%	152,2%
Crescimento Cobertura	---	144,9%	228,9%	101,2%	55,1%	113,5%	170,0%

ALAVANCAGEM							
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Carteira viva	2,29	5,48	7,21	14,23	10,75	12,74	18,37
Contragarantia FCGM	1,30	3,18	4,65	9,36	7,25	9,29	14,34
Risco Líquido	1,00	2,30	2,56	4,88	3,50	5,75	4,03

No final de 2009 a Garval detinha 8 088 Pequenas e Médias Empresas no seu corpo accionista. Refira-se ainda o reduzido número de solicitações para alienação de acções por parte de empresas que já liquidaram as suas responsabilidades para a Garval, contribuindo para um efeito de recorrência que se apresenta crescente e atesta o grau de satisfação dos utilizadores.

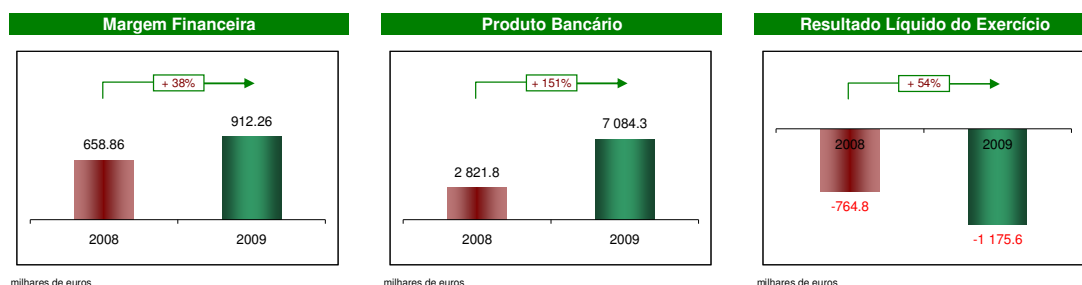
DADOS DE ACTIVIDADE	2009
Novos Mutualistas	6 869
Total de Mutualistas	8 088
Comissão média do ano	1.50%
Comissão média carteira	1.38%



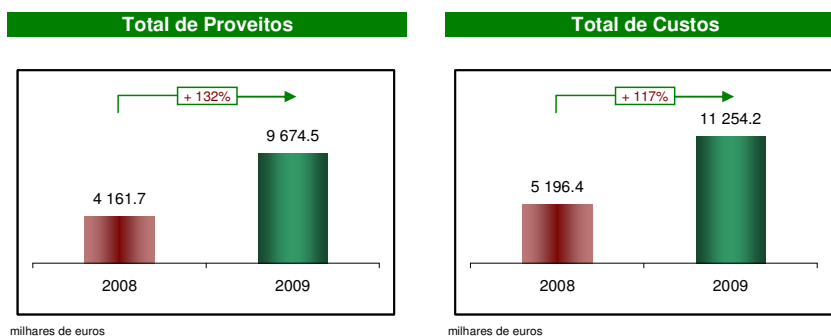
## Análise económica e financeira

Em 2009 a Garval registou, à semelhança do ano anterior, um acentuado crescimento do seu nível de actividade obtendo resultados significativos, em termos absolutos e quando comparados com 2008. Assim, a Margem Financeira no valor de 912,3 mil euros, reflecte um aumento de 38,5% e o Produto Bancário no valor de 7,1 milhões de euros, um aumento de 151,1%.

O resultado antes de impostos negativo apresentado de 1,58 milhões de euros, é justificado pela assumpção de um significativo reforço global líquido da carteira de provisões económicas bem como a constituição de provisões anti-cíclicas. De facto, o esforço realizado pela Sociedade no intuito de salvaguardar potenciais perdas futuras derivadas da degradação de risco da sua carteira de garantias, foi significativo e, como se poderá observar adiante, atingiu um montante ligeiramente superior a 4,1 milhões de euros através do reforço de provisões económicas e constituição de provisões anti-ciclo.



Por outro lado o valor dos impostos correntes estimado para 2009 agravou-se, face a 2008, em 314,3%, aproximadamente 935,4 mil euros. Com um peso de 12,7% do total dos proveitos, o impacto dos impostos correntes no resultado líquido do exercício é mais do que totalmente absorvido pelo reconhecimento de 1 637,1 mil de euros de impostos diferidos activos líquidos. Este procedimento é feito na sequência da adaptação da contabilidade da Garval, desde o exercício de 2006, à Norma Internacional de Contabilidade (doravante designada por NIC) n.º 12, do *International Accounting Standards Committee – IASB*, processo que originou o reconhecimento de impostos diferidos em capitais próprios, e, posteriormente, em proveitos, quando referentes ao próprio exercício fiscal. No ano de 2009, as reversões entretanto ocorridas foram contabilizadas em encargos por impostos diferidos e as novas diferenças temporárias, decorrentes do desfasamento entre a base tributável de um activo ou passivo e o seu valor contabilizado, foram reconhecidas em rendimentos por impostos diferidos.



Deste modo, o resultado do exercício (após impostos) foi, no exercício de 2009, de 1 175,6 mil euros negativos.

RESULTADO	Ano 2009		Ano 2008		Variação	
	€uros	% (1)	€uros	% (1)	€uros	t.c.a. (%)
Total de Proveitos	9 674 471,74	100,0	4 161 668,61	100,0	5 512 803,13	132,5
Total de Custos	11 254 175,92	116,3	5 196 361,20	124,9	6 057 814,72	116,6
Resultado Antes de Impostos (1)	- 1 579 704,18	-16,3	- 1 034 692,59	-24,9	- 545 011,59	52,7
Impostos correntes	- 1 232 991,64	-12,7	- 297 594,41	-7,2	- 935 397,23	314,3
Impostos diferidos	1 637 130,80	16,9	567 489,24	13,6	1 069 641,56	-
Resultado do Exercício	- 1 175 565,02	-12,2	- 764 797,76	-18,4	-410 767,26	53,7

Notas: t.c.a. - taxa de crescimento anual; (1) % do total de proveitos.

Os proveitos totalizaram, no exercício de 2009, o valor de 9,7 milhões de euros, reflectindo um aumento de 132,5% quando comparado com o exercício anterior. Este crescimento é, essencialmente, fruto do aumento dos rendimentos de serviços e comissões (3,9 milhões de euros), reposições de provisões do exercício (891,8 mil euros), dos juros e rendimentos similares (244,9 mil euros) e das reposições associadas a créditos a clientes – feitas para sinistros (235,2 mil euros). Naturalmente, o maior peso das componentes de proveitos com impacto financeiro - os rendimentos relativos a serviços e comissões de garantia –, representando já cerca de 62,3% do total dos proveitos, evidenciam a consolidação da carteira da Sociedade.

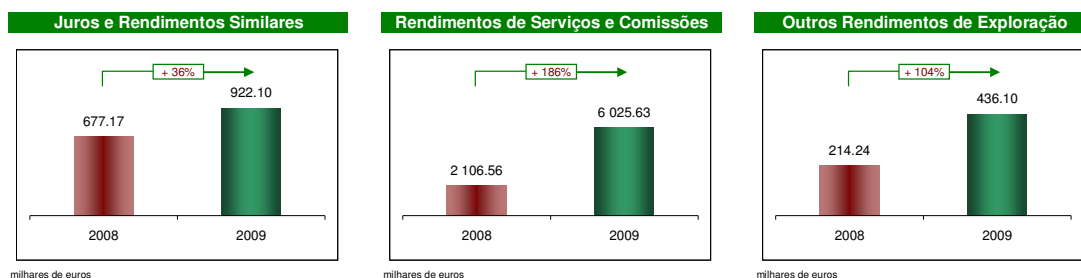
PROVEITOS	Ano 2009		Ano 2008		Variação	
	€uros	% (1)	€uros	% (1)	€uros	t.c.a. (%)
Juros e Rendimentos Similares	922 095,30	9,5	677 174,03	16,3	244 921,27	36,2
Rendimentos de Serviços e Comissões	6 025 629,10	62,3	2 106 563,05	50,6	3 919 066,05	186,0
Reposições do Exercício	1 603 051,31	16,6	711 287,30	17,1	891 764,01	125,4
Reposições Associadas ao Crédito a Clientes	687 597,27	7,1	452 406,72	10,9	235 190,55	52,0
Outros Rendimentos de Exploração	436 098,76	4,5	214 237,51	5,1	221 861,25	103,6
<b>TOTAL</b>	<b>9 674 471,74</b>	<b>100,0</b>	<b>4 161 668,61</b>	<b>100,0</b>	<b>5 512 803,13</b>	<b>132,5</b>

Nota: t.c.a. - taxa de crescimento anual; (1) % do total de proveitos.

O reforço das aplicações financeiras resultante, em grande medida, do aumento do seu capital social resulta num acréscimo da rubrica de juros e rendimentos similares apesar da evolução negativa verificada nos mercados monetários. Globalmente, os fluxos financeiros gerados pela actividade da Empresa ascenderam a 6,9 milhões de euros.

O nível de concretização de garantias registado em 2009 traduziu-se no crescimento das receitas associadas à carteira de garantias vivas, tendo-se registado um aumento de 268% face ao ano anterior, cifrando-se ligeiramente acima dos 6 milhões de euros. Ao mesmo tempo, esta variação também é amplificada pelo elevado volume de contratação verificado no final do ano de 2008.

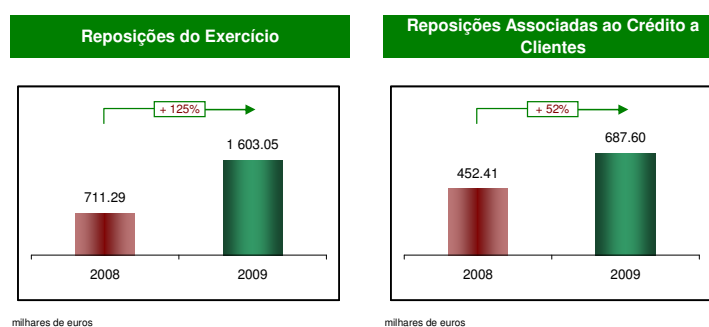
O aumento de 103,6% relativamente ao exercício anterior verificado na rubrica de outros rendimentos de exploração está, igualmente, relacionado com o ritmo de crescimento da actividade da Sociedade, que se revelou exponencial durante 2009 tendo a evolução da carteira implicado, entre outros aspectos, um maior nível de valores de comissões de análise, montagem e emissão de novas operações de garantia. Refira-se, a este nível, que o crescimento desta rubrica de proveitos se encontra umbilicalmente relacionada com a captação própria de operações de garantia junto das empresas do âmbito de actuação da Garval e é reflexo da proactividade da estrutura comercial da Sociedade.



O acréscimo das reposições associadas ao crédito a clientes é, em parte, explicado pela recuperação de valores de crédito provisionados a 31 de Dezembro de 2008, sendo, ainda, explicado pela contabilização, no exercício de 2009, de um montante relativo à reposição de montantes não aceites fiscalmente para cobertura das garantias executadas em 2007 e 2008. Estes valores encontram-se, de acordo com a grelha temporal de provisionamento prevista no Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal, em condições de serem efectivamente aceites em termos fiscais no exercício de 2009. De forma a incluir esta realidade nas contas da Sociedade, reduzindo deste modo o tratamento fora de balanço da componente fiscal, é efectuado um movimento sem impacto líquido em resultados, que consiste na constituição de provisões aceites fiscalmente por contrapartida de reposições não aceites.

Por sua vez, a evolução da rubrica de reposições do exercício é, na sua quase totalidade, justificada pela variação da reposição de provisões económicas, que ocorre tanto pela concretização do risco económico que motivou a sua constituição (através da execução dessas garantias), como, por oposição, pela verificação de ultrapassagem desses mesmos factores (colocando as garantias fora dos critérios de provisionamento económico).

A análise desta rubrica não pode, no entanto, ser interpretada isoladamente da componente de custos da mesma categoria de provisões, uma vez que a Garval assumiu em 2009 a necessidade de reforço global líquido da carteira de provisões económicas em 3,6 milhões de euros.



A carteira de garantias vivas apresenta uma taxa de crescimento de 152,2% face a 2008, e é resultado do crescimento exponencial da actividade comercial da Garval em grande medida por força da intervenção nas Linhas de Crédito PME Investe.



GARANTIAS	Ano 2007		Ano 2008		Ano 2009		Variação	
	Euros	%	Euros	%	Euros	%	Euros	t.c.a. (%)
POE 50%	42 543 541,58	33,0	46 838 671,83	18,4	51 216 178,05	8,0	4 377 506	9,3
POE 75%	1 152 839,17	0,9	648 745,21	0,3	2 146 289,68	0,3	1 497 544	230,8
POE FEI 75%	261 787,05	0,2	6 246,00	0,0			-6 246	-100,0
INTERNACIONALIZAÇÃO	250 000,00	0,2	250 000,00	0,1	250 000,00	0,0		
POE FEI II 75%	39 687 111,43	30,8	27 108 272,00	10,6	17 696 121,38	2,8	-9 412 151	-34,7
START-UP/EARLY STAGE								
LVT 75%	8 275 691,53	6,4	7 038 903,11	2,8	5 288 805,22	0,8	-1 750 098	-24,9
LVT 85% PRASD	6 916 613,83	5,4	13 819 058,10	5,4	16 370 141,53	2,5	2 551 083	18,5
FINICIA - EIXO II	621 062,16	0,5	1 998 515,46	0,8	1 599 591,04	0,2	-398 924	-20,0
FINICIA - EIXO III	52 393,84	0,0	252 436,07	0,1	407 625,33	0,1	155 189	61,5
FINICIA - Early Stage/Start Up	64 125,00	0,0	111 875,00	0,0	83 375,00	0,0	-28 500	-25,5
POE/PRIME 75%	28 579 941,85	22,2	62 258 899,67	24,4	80 233 666,51	12,5	17 974 767	28,9
ENSINO SUPERIOR	583 333,30	0,5	583 333,30	0,2	855 399,96	0,1	272 067	46,6
QREN - PME INVESTE			74 487 852,05	29,2	85 142 644,26	13,2	10 654 792	14,3
QREN - PME INVESTE II			19 383 820,00	7,6	71 702 820,44	11,2	52 319 000	269,9
RAM - PME MADEIRA			75 000,00	0,0	75 000,00	0,0		
QREN - PME INVESTE III - Exportador					45 832 974,98	7,1	45 832 975	0,0
QREN - PME INVESTE III - Automóvel					4 785 934,67	0,7	4 785 935	0,0
QREN - PME INVESTE III - Turismo					10 656 667,86	1,7	10 656 668	0,0
QREN - PME INVESTE III - Micro P. Empresas					82 905 466,10	12,9	82 905 466	0,0
RAM - PME Açores - Exportadores					72 321,43	0,0	72 321	0,0
RAM - PME Açores - Médias Empresas					2 058 750,00	0,3	2 058 750	0,0
RAM - PME Açores - Turismo					307 142,86	0,0	307 143	0,0
RAM - PME Açores - Micro P. Empresas					12 103 732,95	1,9	12 103 733	0,0
QREN - PME INVESTE II - 90%					375 000,00	0,1	375 000	0,0
QREN - PME INVESTE III - Exportadores - 90%					7 172 196,63	1,1	7 172 197	0,0
QREN - PME INVESTE III - Turismo - 90%					7 649 703,13	1,2	7 649 703	0,0
Seguros Crédito					13 900 000,00	2,2	13 900 000	0,0
QREN - PME INVESTE III - Automóvel - 90%					350 000,00	0,1	350 000	0,0
QREN - SECTOR CORTIÇA					2 602 647,10	0,4	2 602 647	0,0
QREN - PME INVESTE IV - Exportadores					44 783 550,84	7,0	44 783 551	0,0
QREN - PME INVESTE IV - Micro P. Empresas					56 338 234,00	8,8	56 338 234	0,0
QREN - PME INVESTE IV - Exportadores (GE)					17 233 367,66	2,7	17 233 368	0,0
RAA - Açores Empresas - Micro P. Empresas					383 807,32	0,1	383 807	0,0
FINICIA - EIXO II - Reafecção					232 937,51	0,0	232 938	0,0
FINICIA - EIXO III - Reafecção					5 371,19	0,0	5 371	0,0
FINICIA - Early Stage/Start Up - Reafecção					18 750,00	0,0	18 750	0,0
TOTAL	128 988 441	100,0	254 861 628	100,0	642 836 215	100,0	387 974 587	474,8

Nota: t.c.a. - taxa de crescimento anual

Comparativamente com a carteira viva da Sociedade no final do ano de 2007, o crescimento é na ordem dos 400%.

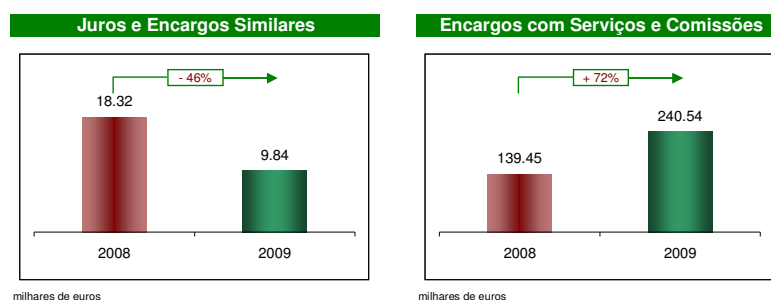
O valor total dos custos suportados em 2009 sofreu um aumento de cerca de 6,1 milhões de euros em relação aos custos incorridos no ano anterior. Esta variação foi fortemente influenciada pelo já referido agravamento do valor das provisões do exercício (na ordem dos 4,1 milhões de euros) e do crescimento de 99% das correcções associadas ao crédito a clientes. Estas duas rubricas, em conjunto, são responsáveis em grande parte pelo aumento dos custos acima mencionado (5,4 milhões de euros).

CUSTOS	Ano 2009		Ano 2008		Variação	
	€uros	% (1)	€uros	% (1)	€uros	t.c.a. (%)
Juros e Encargos Similares	9 839,59	0,1	18 318,21	0,4	- 8 478,62	-46,3
Encargos com Serviços e Comissões	240 543,38	2,5	139 446,61	3,4	101 096,77	72,5
Gastos Gerais Administrativos	474 257,13	4,9	334 505,40	8,0	139 751,73	41,8
Custos com Pessoal	983 328,49	10,2	677 043,79	16,3	306 284,70	45,2
Amortizações do Exercício	92 988,58	1,0	52 380,82	1,3	40 607,76	77,5
Outros Encargos de Exploração (2)	49 115,03	0,5	18 441,94	0,4	30 673,09	166,3
Imparidade de Outros Activos	9 116,39	0,1				
Provisões do Exercício	6 462 688,49	66,8	2 482 375,55	59,6	3 980 312,94	160,3
Correcções Associadas ao Crédito a Clientes	2 932 298,84	30,3	1 473 848,88	35,4	1 458 449,96	99,0
<b>Total de Custos antes de Impostos</b>	<b>11 254 175,92</b>	<b>116,3</b>	<b>5 196 361,20</b>	<b>124,9</b>	<b>6 057 814,72</b>	<b>116,6</b>

Notas: t.c.a. - taxa de crescimento anual; (1) % do total de proveitos; (2) inclui *impostos* (não sobre os lucros).

O efeito combinado da evolução que se verificou nas taxas de referência para crédito, com impacto directo sobre os contratos assumidos anteriormente pela Sociedade, bem como a redução do passivo financeiro da Garval (de 319,8 mil euros em 2008 para 263,1 mil euros em 2009) permitiu uma redução de 46% dos juros suportados em 2009 face ao exercício anterior.

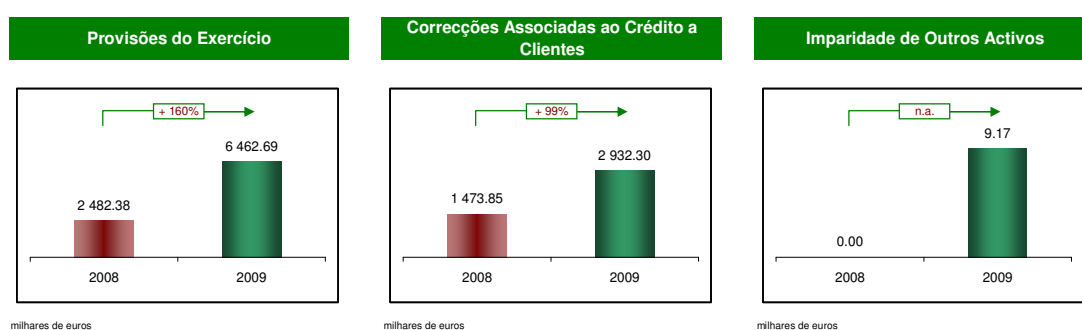
O aumento significativo da carteira de garantias vivas, implicou um crescimento da cobertura realizada pelo FCGM, originando um aumento de 72% dos Encargos com Serviços e Comissões, que são fundamentalmente relativos à comissão de contragarantia.



A variação das Provisões do Exercício ficou a dever-se ao reforço das provisões económicas em resultado do acompanhamento realizado à carteira bem como à constituição de provisões anti-ciclo que têm como objectivo salvaguardar, por motivos prudenciais, a probabilidade de incumprimento de garantias em curso no final do exercício.

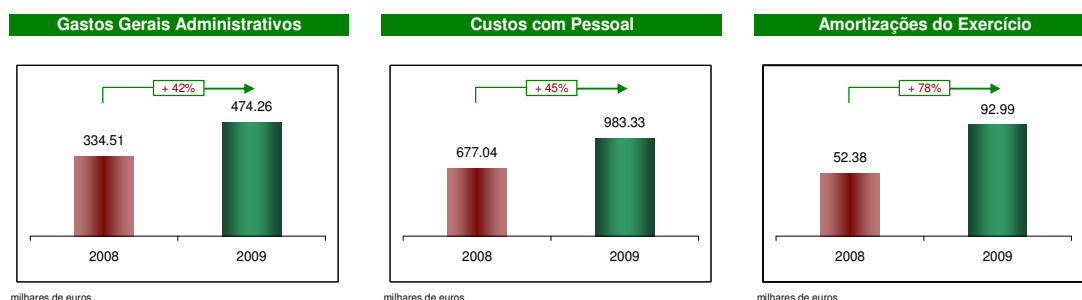
A evolução da rubrica Correções Associadas ao Crédito a Clientes, onde são registadas as provisões para cobertura de garantias sinistradas e pagas, bem como as notas de débito e facturas não pagas pelos clientes, é explicada, em grande parte, pela conjuntura económica actual e o seu reflexo no tecido empresarial, concretizando-se num maior número e valor de garantias accionadas.

Na rubrica Imparidade de Outros Activos foi reconhecido o montante de 9,1 mil euros que resulta da diferença apurada do valor dos imóveis (entregues para reembolso de crédito), à data da avaliação, e o valor da dívida existente.



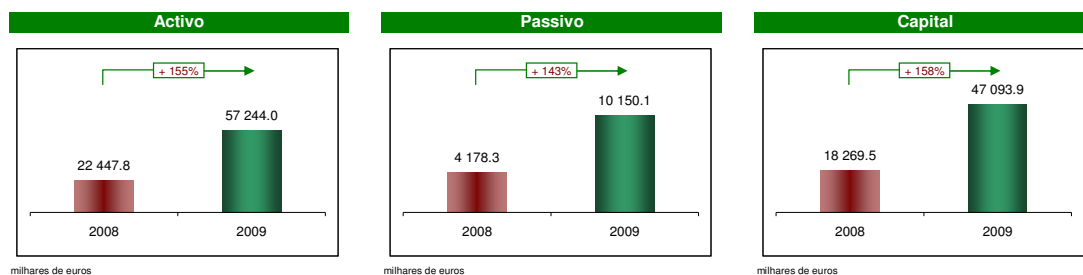
O impulso que a actividade sofreu tornou inevitável o reforço da estrutura base da Sociedade, sendo este facto relevado nas variações ocorridas tanto na rubrica de Custos com Pessoal, com uma variação positiva de cerca de 306,3 mil euros, como na rubrica de Gastos Gerais Administrativos, com uma variação positiva de 139,8 mil euros.

A variação da rubrica de Gastos Gerais Administrativos teve um maior enfoque sobre um conjunto de serviços de consultoria contratados a entidades externas, que permitiram dotar a Garval nomeadamente um sistema de gestão documental e de um modelo de informação de gestão mais adequado à dimensão da Sociedade.



O Activo líquido da Garval regista, à data de Dezembro de 2009, o valor de 57,2 milhões de euros, superior em cerca de 34,8 milhões de euros ao valor do exercício anterior. Esta evolução positiva assenta no aumento da liquidez da empresa (cerca de 15 milhões de euros), e ainda no crescimento observado nos outros activos. A variação desta rubrica é explicada pela contabilização do capital subscrito e ainda não realizado à data de 31/12/2009 (15 milhões de euros), assim como de aproximadamente 2 milhões de euros referentes aos valores facturados e não recebidos do FINOVA ao abrigo das linhas PME Investe mas cujo processo de cobrança/validação se encontra em curso conforme circuitos estabelecidos com a entidade gestora daquelas linhas). Foram reconhecidos activos por impostos diferidos no valor de 2,7 milhões euros (superiores em cerca de 1,6 milhões de euros aos apurados em 2008).

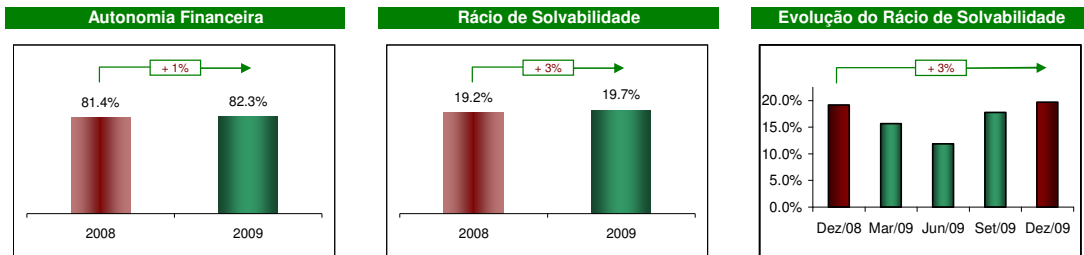
A evolução da actividade tem vindo a ser acompanhada por aumentos de capital tendo em 2009 sido concretizado um aumento de capital de 20 para 50 milhões de euros, sendo que 15 milhões de euros do capital subscrito serão realizados em 2010.



Com um valor de Capitais Próprios de aproximadamente 47,1 milhões de euros, a Garval apresenta uma autonomia financeira de 82,27%, a qual, clara e inequivocamente, demonstra a sua elevada solvabilidade financeira. Das responsabilidades extrapatrimoniais, decorrentes da emissão de garantias em nome e a pedido das micro e pequenas e médias empresas suas accionistas beneficiárias, que ascendiam, em 31 de Dezembro de 2009, a 642,8 milhões de euros, encontram-se directamente contragarantidas pelo Fundo de Contragarantia Mútuo 501,7 milhões de euros, pelo que as responsabilidades líquidas da Garval ascendem a 141,1 milhões de euros. Este valor representa uma alavancagem líquida de cerca de três vezes do valor dos capitais próprios realizados, e que poderá vir a determinar, a curto prazo, a avaliação da necessidade para reforço dos mesmos.

Apesar do anteriormente referido a Garval apresenta um rácio de solvabilidade de 19,7%. Este rácio traduz a relação entre os fundos próprios e o total dos activos e elementos extrapatrimoniais

ponderados pelo seu risco, pelo que o actual indicador espelha a adequabilidade dos fundos próprios da Garval para satisfazer as responsabilidades assumidas.



Refira-se, finalmente, que a Sociedade não é devedora de quaisquer importâncias ao Estado ou à Segurança Social, encontrando-se regularizada a sua situação perante estas duas Entidades.

## Perspectivas futuras

O ano de 2009 confirmou uma conjuntura económica adversa e ficou marcado, no que respeita à actividade da Garval, pela participação nas Linhas PME Investe. Sendo consensual que o período de ajustamento económico global será lento, a gestão da qualidade da carteira de garantias, particularmente ao nível do acompanhamento das empresas mutualistas será um dos focos de actuação da Sociedade.

Por outro lado, a expectativa de manutenção de critérios rigorosos ao nível da concessão de crédito continuarão a pressionar as empresas nacionais, induzindo maior procura pelo produto garantia mútua.

A continuação das medidas de apoio governamental através das Linha PME Investe, bem como as Linhas de Crédito Açores Investe e Açores Empresas, para além de outras medidas entretanto já anunciadas, provocarão um impacto com potencial de amplitude semelhante a 2009, nomeadamente no que respeita ao crescimento da carteira e, principalmente, quanto ao número de novas empresas mutualistas. Novamente a Sociedade terá o repto de responder com qualidade de serviço aos picos de procura que se farão sentir em prol da PME nacionais.

Para o ano de 2010 mantém-se como desafio à sociedade o aumento da notoriedade e utilização do produto Garantia Mútua, naturalmente acompanhado por uma criteriosa e prudente análise de projectos e empresas, observando necessariamente níveis mínimos de rentabilidade. Procurar-se-á ainda alargar significativamente a base de mutualistas beneficiários, com particular enfoque no segmento de Pequenos Negócios.

O reforço da capacidade operacional da Sociedade procurará tornar mais intensa e eficaz a captação própria de operações de garantia e assegurar níveis de resposta adequados nos períodos de distribuição das Linhas PME Investe, que implicam elevados picos de produção. A aproximação directa ao mercado envolve uma continuada transformação da estrutura da Garval, processo que se iniciou em 2007 e cujos resultados são visíveis, nomeadamente no que respeita à evolução da carteira e na melhoria do processo de acompanhamento. A opção por esta estratégia implica um esforço significativo para toda a estrutura, nomeadamente no que respeita à produtividade e à coordenação interna, ao mesmo tempo que pressiona a estrutura de custos obrigando a um controlo rigoroso.

Após sete anos de intervenção junto do mercado, a Garval procura continuar e reforçar a sua actividade comercial. A curva de crescimento verificada ao longo do período de actividade é demonstrativa da receptividade da Garantia Mútua pelas empresas e da conquista de confiança junto dos bancos, nossos parceiros em operações de financiamento, e demais beneficiários.

No período que agora se inicia está prevista a continuidade de uma estratégia de maior proximidade com as empresas, lógica em que se insere a futura abertura de uma Agência em Coimbra, em parceria com a Agrogarante. A Sociedade continuará a estudar a possibilidade de, a prazo, realizar a abertura de novas agências.

O esforço de expansão, que acarreta elevados custos de arranque, será recompensado com a constituição das respectivas carteiras de garantias das agências, resultando num equilibrado desempenho económico-financeiro a médio prazo, e com a disponibilização deste instrumento financeiro a um número crescente e geograficamente mais alargado de empresas. Esta estratégia de expansão permitirá à Garval melhorar o acompanhamento efectivo aos seus mutualistas dentro de uma base mais sistematizada, aperfeiçoando a monitorização do risco da carteira de garantias e potenciando a qualidade do serviço prestado e disponibilizado às Pequenas e Médias Empresas.

## **Agradecimentos**

Gostaríamos de expressar o nosso especial agradecimento aos nossos Accionistas e, muito especialmente, aos Mutualistas que, em 2009, encontraram na Garval o maior empenho em continuar o espírito de parceria que caracteriza o Sistema Nacional de Garantia Mútua. A adesão e confiança dos nossos Mutualistas continuam a ser o nosso maior incentivo e a melhor comprovação de que a Garantia Mútua é um instrumento essencial, tanto para as empresas, como para o sistema financeiro em geral, facto aliás reforçado pelo interesse crescente de novas empresas e instituições bancárias.

Ao IAPMEI, ao Turismo de Portugal, ao Gabinete do Gestor do QREN, ao Ministério da Economia e da Inovação, ao Ministério do Trabalho e Solidariedade Social, ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, ao Governo Regional dos Açores, ao IDE da Madeira e à PME Investimentos, bem como aos Bancos agradecemos as parcerias estabelecidas no desenvolvimento de novos produtos com aplicação da Garantia Mútua em favor das PME nacionais.

Expressamos, também, aos restantes Órgãos Sociais o nosso agradecimento pela disponibilidade que sempre demonstraram nas respectivas áreas de actuação. Aos nossos consultores, auditores e revisores um agradecimento pelo contributo prestado para a saudável evolução da Sociedade.

Às restantes sociedades de garantia mútua, Norgarante, Lisgarante e Agrogarante, e aos seus colaboradores, uma palavra de agradecimento pelo entendimento verificado e pelos benefícios que reciprocamente têm sido possíveis obter.

À SPGM, enquanto entidade gestora do Fundo de Contragarantia Mútuo e centro corporativo de serviços partilhados para o Sistema de Garantia Mútua, e aos seus colaboradores, por todo o apoio e acompanhamento que tem sido prestado à Garval, e que lhe permitiu desde o primeiro momento a concentração na actividade operacional, desejamos expressar o nosso agradecimento.

Aos colaboradores da sociedade dedicamos uma última palavra de reconhecimento pelo desempenho das funções exercidas, desejando que continuem a desenvolver na Garval um bom trabalho em prol do tecido empresarial português. Em particular se pretende relevar o esforço demonstrado na resposta às solicitações decorrentes das Linhas PME Investe, com manutenção de um padrão de qualidade de serviço elevado, que apenas se tornou possível através da dedicação revelada por toda a equipa.



### **Proposta de aplicação de resultados**

De acordo com a lei e os Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração propõe que a Assembleia-geral aprove a seguinte aplicação do resultado negativo apurado no exercício de 2009, no valor de 1 175 565,02 €:

- Para Resultados Transitados (€ 1 175 565,02)

Santarém, 23 de Fevereiro de 2010.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Fernando Ramos de Figueiredo – Presidente

Renato Fernando Ribeiro da Silva

João Artur Ferreira da Costa Rosa

Anabela Pereira Dolores Frazão

Rui Pedro Lopes Brogueira

Luís Filipe Soares dos Santos

Carlos Gustavo Vieira Farrajota Cavaco

Isabel Maria Lopes Vieira Neto

Vitor Manuel de Oliveira Ferreira

Octávio José da Conceição Cordeiro

Pedro Nuno de Matos Guimarães Neto

**III. Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2009**

## Balço em 31 de Dezembro de 2009

	Ano 2009		Ano 2008	
	Valores antes de provisões, imparidade e amortizações (1)	Provisões, imparidade e amortizações (2)	Valor líquido (3) = (1) - (2)	Valor líquido
<b>ACTIVO</b>				
Caixa e disponibilidade em bancos centrais	2 500,00		2 500,00	2 000,00
Disponibilidades em outras instituições de crédito	77 820,53		77 820,53	130 955,02
Activos financeiros detidos para negociação	2 940,00		2 940,00	2 940,00
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados				
Activos financeiros disponíveis para venda				
Aplicações em instituições de crédito	35 034 895,77		35 034 895,77	19 977 618,14
Crédito a clientes	4 554 590,02	4 474 557,74	80 032,28	68 939,26
Investimentos detidos até à maturidade				
Activos com acordo de recompra				
Derivados de cobertura				
Activos não correntes detidos para venda	359 943,76	18 023,76	341 920,00	
Propriedades de investimento				
Outros activos tangíveis	1 311 096,99	308 257,26	1 002 839,73	656 989,49
Activos intangíveis	76 152,59	65 779,55	10 373,04	1 508,87
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				
Activos por impostos correntes				
Activos por impostos diferidos	2 702 160,65		2 702 160,65	1 065 029,85
Outros activos	17 988 496,30		17 988 496,30	541 786,07
<b>Total de Activo</b>	<b>62 110 596,61</b>	<b>4 866 618,31</b>	<b>57 243 978,30</b>	<b>22 447 766,70</b>
<b>PASSIVOS</b>				
			Ano 2008	Ano 2008
Passivos Eventuais			646 717 174,94	258 590 031,95
- Garantias e Avals			642 836 214,63	254 861 627,80
- Outros			3 880 960,31	3 728 404,15
Compromissos			14 169 976,00	6 354 068,00

	Ano 2008	Ano 2008
<b>PASSIVO</b>		
Recursos de bancos centrais		
Passivos financeiros detidos para negociação		
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		
Recursos de outras instituições de crédito		
Recursos de clientes e outros empréstimos		
Responsabilidades representadas por títulos		
Passivos financeiros associados a activos transferidos		
Derivados de cobertura		
Passivos não correntes detidos para venda		
Provisões	8 012 171,91	3 152 534,73
Passivos por impostos correntes	984 435,64	227 637,41
Passivos por impostos diferidos		
Instrumentos representativos de capital		
Outros passivos subordinados		
Outros passivos	1 153 475,45	798 134,24
<b>Total de Passivo</b>	<b>10 150 083,00</b>	<b>4 178 306,38</b>
<b>CAPITAL</b>		
Capital	50 000 000,00	20 000 000,00
Prémios de emissão		
Outros instrumentos de capital		
Acções próprias		
Reservas de reavaliação		
Outras reservas e resultados transitados	-1 730 539,68	-965 741,92
Resultado do exercício	-1 175 565,02	-764 797,76
Dividendos antecipados		
<b>Total de Capital</b>	<b>47 093 895,30</b>	<b>18 269 460,32</b>
<b>Total de Passivo + Capital</b>	<b>57 243 978,30</b>	<b>22 447 766,70</b>

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Fernando Ramos de Figueiredo – Presidente

Renato Fernando Ribeiro da Silva

João Artur Ferreira da Costa Rosa

Anabela Pereira Dolores Frazão

Rui Pedro Lopes Brogueira

Luís Filipe Soares dos Santos

Carlos Gustavo Vieira Farrajota Cavaco

Isabel Maria Lopes Vieira Neto

Vitor Manuel de Oliveira Ferreira

Octávio José da Conceição Cordeiro

Pedro Nuno de Matos Guimarães Neto

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

António Carlos Gonçalves Lopes - TOC nº 8125

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

## Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2009

	Ano 2009	Ano 2008
Juros e rendimentos similares	922 095,30	677 174,03
Juros e encargos similares	-9 839,59	-18 318,21
Margem financeira	912 255,71	658 855,82
Rendimentos de instrumentos de capital		
Rendimentos de serviços e comissões	6 025 629,10	2 106 563,05
Encargos com serviços e comissões	-240 543,38	-139 446,61
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		
Resultados de reavaliação cambial		
Resultados de alienação de outros activos		
Outros resultados de exploração	386 983,73	195 795,57
Produto Bancário	7 084 325,16	2 821 767,83
Custos com pessoal	-983 328,49	-677 043,79
Gastos gerais administrativos	-474 257,13	-334 505,40
Amortizações do exercício	-92 988,58	-52 380,82
Provisões líquidas de reposições e anulações	-4 859 637,18	-1 771 088,25
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	-2 244 701,57	-1 021 442,16
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	-9 116,39	
Resultado antes de impostos	-1 579 704,18	-1 034 692,59
Impostos		
Correntes	-1 232 991,64	-297 594,41
Diferidos	1 637 130,80	567 489,24
Resultado após impostos	-1 175 565,02	-764 797,76

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Fernando Ramos de Figueiredo – Presidente

Renato Fernando Ribeiro da Silva

João Artur Ferreira da Costa Rosa

Anabela Pereira Dolores Frazão

Rui Pedro Lopes Brogueira

Luís Filipe Soares dos Santos

Carlos Gustavo Vieira Farrajota Cavaco

Isabel Maria Lopes Vieira Neto

Vitor Manuel de Oliveira Ferreira

Octávio José da Conceição Cordeiro

Pedro Nuno de Matos Guimarães Neto

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

António Carlos Gonçalves Lopes - TOC nº 8125

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às Demonstrações Financeiras**

(VALORES EM EUROS)

### **Introdução**

As notas 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 30, 32, 33, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 48 e 49 anexas ao Balanço e Demonstração de Resultados não têm aplicação por inexistência de valores ou situações a reportar.

As demonstrações financeiras da Sociedade têm por base os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, e das Instruções n.º 23/2004 e n.º 9/2005 do Banco de Portugal, pela competência que lhe é conferida pelo n.º 3 do art. 115.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e das Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92 de 31 de Dezembro. As NCA seguem na sua maior parte as determinações das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adaptadas pela União Europeia, pelo Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, tendo sido transpostas para o ordenamento nacional através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal.

### **NOTA 3 – Critérios de avaliação**

I. Especialização de exercícios

A Sociedade segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios em todas as rubricas de custos e proveitos.

II. Activos tangíveis e intangíveis

Os activos tangíveis e intangíveis classificados estão valorizados ao custo de aquisição. A depreciação é calculada segundo o método das quotas constantes, aplicado ao custo histórico, e de acordo com as taxas máximas fiscalmente aceites.

III. Provisões e correcção de valores associados a crédito a clientes



1. No Passivo:

- a. Uma provisão para riscos gerais de crédito, de 1% sobre o valor do saldo vivo de cada garantia, líquido da contragarantia do Fundo de Contragarantia Mútuo, nos termos do Aviso do Banco de Portugal, apresentada no passivo, na rubrica de provisões para riscos gerais de crédito. É igualmente incluída nesta rubrica uma provisão no valor de 1% sobre o saldo de devedores;
- b. Em relação ao valor dos *plafonds* não totalmente utilizados, é aplicada uma taxa de 1% sobre o seu montante vivo;
- c. Uma provisão para garantias, destinada a cobrir riscos económicos potenciais, associados à carteira de garantias vivas, sendo apresentadas no passivo, na rubrica de provisões para garantias;
- d. Uma provisão anti-ciclo destinada a cobrir riscos económicos potenciais.

2. No activo:

- a. Correções associadas a crédito e juros a clientes, sendo apresentadas no activo como dedução à rubrica de créditos a clientes e calculada:
  - i. Em relação às garantias accionadas a título de execução pelos seus legítimos beneficiários, mediante a aplicação de uma taxa de 100% sobre os saldos de crédito vencido;
  - ii. Em relação a notas de débito emitidas, mediante a aplicação da taxa legalmente prevista para provisões para crédito vencido, em função do tempo decorrido após o vencimento do respectivo crédito, constante no n.º 2 do artigo 3.º do Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal ponderadas pela existência ou não de garantia real ou pessoal em conformidade com o n.º 5, e avaliada nos termos do n.º 6 do mesmo artigo do Aviso atrás mencionado.

IV. Estimativa de impostos sobre lucros

Os impostos correntes são estimados de acordo com a legislação aplicável. No exercício de 2008, tal como efectuado nos exercícios anteriores, e em consequência da adaptação da Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro referente ao Orçamento Geral do Estado para 2007, nomeadamente através do aditamento efectuado do artigo n.º 35-A n.º 2 al. b) do código de IRC, não são consideradas provisões para crédito vencido fiscalmente aceites as constituídas para cobertura de risco de incobrabilidade dos créditos cobertos por direitos reais sobre bens imóveis.

Os impostos diferidos são reconhecidos sempre que haja lugar a diferenças temporárias entre os princípios contabilísticos geralmente aceites e as regras fiscais vigentes.

## NOTA 10 – Inventário de títulos e de imobilizações financeiras

	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor líquido 2009
PARTICIPAÇÕES	2 940	1,00	1,00		2 940,00
- SPGM - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.	(2 940)	(1,00)	(1,00)		(2 940,00)

As participações da Garval, no montante de 2,9 mil euros, foram adquiridas no âmbito dos processos especiais de falência ou de recuperação de empresas anteriormente mutualistas, e no âmbito do espírito de parceria com a SPGM e demais SGM, que efectuam aquisições de cariz semelhante no caso do detentor do penhor ser a Sociedade. Tais acções são depois alienadas a mutualistas, no caso das SGM, ou a accionistas institucionais no caso da SPGM.

## NOTA 11 – Movimentos do activo imobilizado

	Saldo do exercício		Aumentos	Reavaliação (líquido)	Transferências		Amortização do exercício	Alienações		Abates		Valor líquido 2009
	Valor bruto	Amortizações acumuladas			V. Aquisição	Amortizações		V. Aquisição	Amortizações	V. Aquisição	Amortizações	
<b>ACTIVOS INTANGÍVEIS</b>												
Despesas estabelecimento												
Custos plurianuais												
Software	45 317,28	44 625,35	16 111,45				6 975,00					9 828,38
Outras	14 723,86	13 906,92					272,28					544,66
	60 041,14	58 532,27	16 111,45				7 247,28					10 373,04
<b>OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS</b>												
Imóveis de serviço próprio	58 108,44	3 623,46	300 440,00				5 153,52			14 979,44	1 035,72	335 627,74
Equipamento	209 476,79	174 158,43	144 776,27		21 245,17	21 245,17	59 402,83	35 191,50	35 191,50			120 691,80
Locação financeira												
Imóveis	580 786,15	36 658,06					9 336,96					534 791,13
Equipamento	67 361,29	44 303,23	318,99		21 245,17	21 245,17	11 847,99					11 529,06
	915 732,67	258 743,18	445 535,26				85 741,30	35 191,50	35 191,50	14 979,44	1 035,72	1 002 839,73

No decurso do exercício de 2009, a Garval efectuou investimentos essencialmente ao nível de imóveis com a aquisição de novas instalações para a agência de Leiria. Foram também feitos investimentos em activos tangíveis, aquisição de equipamento informático e de novas viaturas e intangíveis - licenças de software, de forma a dotar a equipa de todos os recursos exigidos pelo continuado aumento da actividade operacional que se tem verificado na sociedade.

O valor dos abates diz respeito a obras realizadas em imóveis anteriormente arrendados.

Importa realçar ainda a diminuição do equipamento em locação financeira resultante do final do contrato de leasing de uma viatura e consequente transferência para a rubrica de equipamento.

**NOTA 14 - Créditos sobre instituições de crédito e clientes**

	Ano 2009	Ano 2008
<b>APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO</b>		
Até 3 meses	32 029 558,27	17 920 481,50
De 3 meses a 1 ano	3 005 337,50	2 057 136,64
	<b>35 034 895,77</b>	<b>19 977 618,14</b>
<b>CRÉDITO A CLIENTES</b>		
Até 3 meses	437 741,32	217 036,01
De 3 meses a 1 ano	1 264 455,75	606 133,02
De 1 a 5 anos	2 843 988,74	1 475 626,40
Mais de 5 anos	8 404,21	
	<b>4 554 590,02</b>	<b>2 298 795,43</b>

A rubrica aplicações em instituições de crédito reflecte os montantes aplicados pela Garval em depósitos a prazo, bem como os respectivos juros vencidos que, em Dezembro de 2009, ascendiam a 208,9 mil euros. A variação verificada nesta rubrica reflecte as aplicações financeiras dos fluxos financeiros arrecadados pelo aumento de capital social, cuja realização ocorreu em Setembro de 2009 (15 milhões de euros).

A rubrica de crédito a clientes reflecte as dívidas resultantes da execução de garantias (liquidas do reembolso do Fundo de Contragarantia Mutuo) e da não cobrança de comissões de garantia. Esta rubrica registou um aumento significativo face ao exercício de 2008 reflectindo assim, um crescimento da sinistralidade ocorrida ao longo de todo o 2009, crescimento este que se tem verificado desde 2008.

### NOTA 23 - Compromissos assumidos

Os compromissos assumidos por garantias e avales prestados resultam, por um lado, da prestação de garantias de natureza financeira de 1º grau (garantias e avales), e, por outro lado, do reconhecimento do valor dos plafonds não totalmente utilizados (outros passivos eventuais). Os outros compromissos irrevogáveis referem-se a compromissos de recompra de acções.

	Ano 2009	Ano 2008
<b>GARANTIAS PRESTADAS E PASSIVOS EVENTUAIS</b>		
Garantias e avales	642 836 214,63	254 861 627,80
Outros passivos eventuais	3 880 960,31	3 728 404,15
	<b>646 717 174,94</b>	<b>258 590 031,95</b>
<b>GARANTIAS RECEBIDAS</b>		
Contragarantia	501 766 894,18	185 842 259,61
Avalistas	1 546 746 905,36	642 809 702,35
Penhor acções	14 169 976,00	6 354 068,00
Hipotecas	82 449 617,35	63 951 112,40
	<b>2 145 133 392,89</b>	<b>898 957 142,36</b>
<b>COMPROMISSOS</b>		
Revogáveis	14 169 976,00	6 354 068,00
Irrevogáveis	14 169 976,00	6 354 068,00

Na Instrução n.º 7/2006, que regula a comunicação da informação referente às responsabilidades por crédito concedido, é estabelecida a obrigatoriedade de comunicação ao Banco de Portugal das fianças e avales recebidos pelas instituições participantes. Assim, a Garval considera contabilisticamente os valores referentes aos avales recebidos como contragarantia às operações prestadas, quer estes permaneçam como responsabilidades potenciais, quer a partir do momento em que o avalista é chamado a assegurar o pagamento das prestações do crédito, por incumprimento do devedor, passando a sua responsabilidade de meramente potencial a efectiva.

Do tratamento acima descrito resultou o reconhecimento, no caso de responsabilidades potenciais:

- 1 530 885 229,37 euros de valores de operações avalizadas.

No caso dos avalistas cuja responsabilidade é já efectiva e que entraram já em incumprimento, foram contabilizados:

- 15 861 675,99 euros de valores de operações avalizadas.

## NOTA 24 - Movimento das provisões

	Ano 2008	Reforços	Utilizações	Anulações / Reposições	Ano 2009
<b>CORRECÇÃO VALORES ASSOCIADOS CRÉDITO VENCIDO</b>					
Crédito e juros vencidos	2 229 856,17	2 932 298,84		687 597,27	4 474 557,74
	2 229 856,17	2 932 298,84		687 597,27	4 474 557,74
<b>PROVISÕES PARA RISCOS GERAIS DE CRÉDITO</b>					
Aviso nº 3/95 B.P.	690 193,68	960 096,53		239 597,01	1 410 693,20
Plafonds	37 284,04	8 178,57		6 653,01	38 809,60
Outros	4 293,03	25 322,54		5 232,12	24 383,45
<b>PARA GARANTIAS</b>					
Económicas	2 420 763,98	4 975 348,23		1 351 569,17	6 044 543,04
Anti Ciclo		493 742,62			493 742,62
	3 152 534,73	6 462 688,49		1 603 051,31	8 012 171,91
	5 382 390,90	9 394 987,33		2 290 648,58	12 486 729,65

O quadro resumo das provisões reflecte o incremento da actividade operacional da Sociedade traduzindo-se num aumento das provisões para risco gerais de crédito, associadas ao valor líquido da contragarantia da carteira viva. Paralelamente, o aumento da rubrica de correções associadas ao crédito a clientes está, directamente relacionado com o crescimento bastante significativo da sinistralidade durante o exercício.

A Garval efectua ainda, com regularidade, a avaliação dos riscos relativos à sua carteira de garantias vivas, tendo em vista a constituição de provisões para riscos económicos em nível adequado.

No exercício de 2009 o valor das provisões económicas na Garval, ascende a 6,045 milhões de euros registando um aumento bastante significativo (150%) face ao ano de 2008. Este reforço reflecte a ponderação de diversos critérios de apreciação dos riscos económicos imputados a cada garantia viva da Sociedade, nomeadamente, com o objectivo de salvaguardar, por motivos prudenciais, a sinistralidade. Este efeito é potenciado pela constituição de provisões anti-ciclo, no montante de 493,7 mil euros, para salvaguarda da deterioração generalizada da condição financeira das empresas portuguesas.

### NOTA 29 – Capital próprio

	Ano 2008	Aumentos	Diminuições	Ano 2009
CAPITAL PROPRIO				
Capital Social	20 000 000,00	30 000 000,00		50 000 000,00
Reserva Legal				
Reserva Estabilização Dividendos				
Resultados Transitados	- 965 741,92	- 764 797,76		- 1 730 539,68
Resultado Líquido do Exercício	- 764 797,76	- 1 175 565,02	- 764 797,76	- 1 175 565,02

Em Setembro de 2009, a Sociedade realizou um aumento de Capital Social, procedendo à emissão de 30 milhões de acções com um valor nominal de € 1,00/cada com realização imediata de capital quanto a quinze milhões de euros e realização da parte remanescente, no valor de quinze milhões de euros, até 30 de Julho de 2010.

### NOTA 31 – Outros activos e passivos

As contas de Outros activos e outros passivos apresentam os seguintes saldos:

	Ano 2009	Ano 2008
<b>OUTROS ACTIVOS</b>		
Devedores e outras aplicações	2 438 460,15	429 418,21
Devedores por capital não realizado	15 000 000,00	
Outros activos	8 120,00	8 120,00
	<b>17 446 580,15</b>	<b>437 538,21</b>
<b>CONTAS DE REGULARIZAÇÃO</b>		
Rendimentos a receber	493 215,53	57 941,25
Despesas com encargo diferido	5 966,67	10 067,36
Outras contas de regularização	42 733,95	36 239,25
	<b>541 916,15</b>	<b>104 247,86</b>
	<b>17 988 496,30</b>	<b>541 786,07</b>
<b>OUTROS PASSIVOS</b>		
Credores diversos	60 357,19	8 776,97
Fornecedores de locação financeira	263 115,06	319 845,97
Outras exigibilidades	101 311,18	52 542,60
	<b>424 783,43</b>	<b>381 165,54</b>
<b>CONTAS DE REGULARIZAÇÃO</b>		
Encargos a pagar	168 218,96	124 425,97
Receitas com rendimento diferido	383 305,75	292 364,23
Outras contas de regularização	177 167,31	178,50
	<b>728 692,02</b>	<b>416 968,70</b>
	<b>1 153 475,45</b>	<b>798 134,24</b>

No activo, a rubrica de devedores e outras aplicações, com um valor de 2,4 milhões de euros, é constituída, essencialmente, pelos recebimentos pendentes do FINOVA e das Ilhas de Valor (Região

Autónoma dos Açores) ao abrigo das linhas PME Investe e que se encontram em processo de cobrança/validação conforme circuitos estabelecidos com a entidade gestora daquelas linhas.

Dado o aumento substancial da actividade, esta rubrica registou uma variação bastante significativa, 2 milhões de euros, face ao ano de 2008.

Na rubrica de devedores por capital não realizado inclui a parte do capital que foi subscrito mas que poderá ser realizado até 30 de Julho de 2010 tal como já foi referido anteriormente.

Os outros activos, com um valor de 8,1 mil euros dizem respeito à contabilização de obras de arte doadas à Sociedade.

As contas de regularização incluídas nos outros activos, contemplam, as rubricas rendimentos a receber que dizem respeito, na sua quase totalidade aos valores a facturar, mas já reconhecidos como proveitos, decorrentes da contratação de garantias ao abrigo das linhas PME Investe, em que, como é sabido, as comissões de garantia são postecipadas e outras contas de regularização que inclui os adiantamentos a fornecedores.

Em relação aos outros passivos, o valor dos credores diversos diz respeito a fornecimentos correntes.

O passivo financeiro da Sociedade corresponde às dívidas decorrentes dos contratos de locação financeira de imobilizado, relativo a instalações próprias e equipamentos de transporte com um valor actual de 263,1 mil euros. O passivo financeiro da Garval representa, no final do exercício de 2009, 0,46% do valor do activo líquido total.

As outras exigibilidades reflectem os valores a pagar ao Estado em relação a retenções de Imposto sobre o Rendimento, Imposto do Selo e Segurança Social do mês de Dezembro, e apuramento do IVA respeitante ao 4º trimestre do ano que finda.

As contas de regularizações incluídas nos outros passivos são constituídas, essencialmente, pelas receitas com rendimento diferido, com o valor de aproximadamente 383,3 mil euros (referentes ao diferimento das comissões de garantias antecipadas), e pela rubrica de encargos a pagar (especialização do subsídio de férias e férias a pagar no ano de 2010). O valor respeitante a outras contas de regularização diz respeito essencialmente à percentagem que vai ser devolvida ao FCGM relativos ao imóvel que a Sociedade detém para venda, resultante de um processo de insolvência

### **NOTA 34 – Volume de emprego**

Administração	11
Quadros directivos e técnicos	22
Secretariado e administrativos	1



**NOTA 35 - Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais**

	Ano 2009	Ano 2008
REMUNERAÇÕES ORGÃOS SOCIAIS		
Conselho de Administração	113 709,05	114 154,80
Conselho Fiscal	11 724,00	9 674,06
Assembleia Geral	1 160,00	1 200,00
Comissão Executiva	70 500,00	52 452,00
	197 093,05	177 480,86

No ano de 2009 não existem adiantamentos ou créditos concedidos a membros dos órgãos sociais, nem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

Nos termos do determinado na última reunião da Comissão de Vencimentos, e que vem sendo mantido como prática ao longo dos anos, o membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva auferem apenas uma senha de presença por cada reunião em que estejam efectivamente presentes, não existindo remunerações fixas permanentes atribuídas. A única excepção refere-se ao Administrador Executivo residente, que sendo colaborador da sociedade optou, quando da eleição para membro do Conselho de Administração, por manter a sua remuneração de origem, nos termos estabelecidos internamente para estes casos.

Historicamente não se verificou, nem verifica, a atribuição de quaisquer prémios de performance, nem de outro qualquer tipo, aos membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva.

Em termos discriminados, foram os seguintes os valores colocados à disposição dos Membros do Conselho de Administração e Comissão Executiva no ano findo:

**Senhas de Presença:**

	Conselho de Administração	Comissão Executiva
José Fernando Ramos de Figueiredo	€ 4 400,00	€ 28 800,00
Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação – IAPMEI	€ 2 880,00	
João Artur Ferreira da Costa Rosa	€ 3 300,00	€ 15 300,00
Renato Fernando Ribeiro da Silva	€ 3 300,00	€ 15 000,00
Banco Comercial Português, S.A.	€ 2 700,00	€ 11 400,00
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	€ 1 800,00	
Vitor Manuel de Oliveira Ferreira	€ 3 300,00	
Carlos Gustavo Vieira Farrajota Cavaco	€ 3 000,00	
NERLEI – Associação Industrial da Região de Leiria, A.E.	€ 1 800,00	
Octávio José da Conceição Cordeiro	€ 3 300,00	

**Remunerações:**

Rui Pedro Lopes Brogueira	€ 83 929,05
---------------------------	-------------

Quanto ao Fiscal Único,

**Remunerações:**

Santos Carvalho & Associados, SROC, S.A.	€ 11 724,00
------------------------------------------	-------------

**NOTA 39- Outros resultados de exploração**

	Ano 2009	Ano 2008
<b>OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO</b>		
<b>CUSTOS</b>		
Quotizações e donativos	11 090,00	6 090,00
Impostos	15 028,28	7 871,39
Menos-valias na realização de valores imobilizados	13 943,72	168,65
Outros	9 053,03	4 480,55
	49 115,03	18 441,94
<b>PROVEITOS</b>		
Prestação de serviços	422 663,00	204 270,00
Mais-valias na realização de valores imobilizados	7 000,00	168,65
Doações		8 120,00
Outros	6 435,76	1 678,86
	436 098,76	214 237,51
	386 983,73	195 795,57

Na componente dos custos, as rubricas de impostos (cerca de 15 mil euros) e outros encargos e gastos operacionais (cerca de 9,1 mil euros) verificaram um acréscimo de cerca de 11,7 mil euros. O acréscimo de impostos está relacionado com o imposto do selo suportado pela Garval relativo aos contratos de compra e venda de acções celebrados ao abrigo das linhas PME Investe.

Relativamente à rubrica quotizações e donativos a Garval, efectuou um donativo no valor de 10 mil euros ao Hospital Distrital de Santarém para a constituição de uma unidade de urgência pediátrica. O restante, cerca de mil euros diz respeito ao pagamento da quota anual de 2009 à Associação Empresarial da Região de Leiria – Nerlei.

As menos valias registadas dizem respeito ao abate das obras em imóveis arrendados já referidos anteriormente.

De referir, o aumento em cerca de 218,4 mil euros na rubrica de prestação de serviços que diz respeito

às comissões de análise, montagem e emissão de garantias pela Sociedade, em consequência do crescimento da actividade durante o exercício de 2009.

Relativamente às mais-valias dizem respeito à alienação de uma viatura totalmente amortizada.

### NOTA 41 – Carga fiscal

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de IRC e correspondente derrama.

	Ano 2009	Ano 2008
IMPOSTO SOBRE RENDIMENTO (IRC)		
Imposto corrente apurado no exercício	-1 232 991,64	-297 594,41
Pagamentos por conta	248 556,00	69 957,00
Pagamentos especiais por conta		
	<b>-984 435,64</b>	<b>-227 637,41</b>

O imposto sobre o rendimento estimado para 2009 com o valor aproximado de 1 233 mil euros, encontra-se já parcialmente liquidado através de pagamentos por conta efectuados em 2009 (cerca de 248,6 mil euros).

### NOTA 45 - Operações de locação financeira

	Valor bruto	Reintegrações	Valor líquido 31-12-09
IMOBILIZADO REGIME LOCAÇÃO FINANCEIRA			
Imóveis	580 786,15	45 995,02	534 791,13
Equipamento	46 435,11	34 906,05	11 529,06
	<b>627 221,26</b>	<b>80 901,07</b>	<b>546 320,19</b>

O imobilizado em regime de locação financeira apresenta um valor líquido de 546,3 mil euros, no final do exercício de 2009.

**NOTA 50 – Informação sobre participações financeiras**

	Ano 2009	Ano 2008
<b>PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS</b>		
Valor Nominal	2 940,00	2 940,00
Valor aquisição	2 940,00	2 940,00

A rubrica de títulos financeiros é composta por participações na SPGM – Sociedade de Investimento, S.A. no valor de 2,9 mil euros.

**NOTA 51 – Outras informações**

	Ano 2008	Reforços	Reposições	Ano 2009
<b>ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS</b>				
Por diferenças temporárias em Passivos				
Em riscos gerais de crédito	182 901,30	232 553,13	41 620,75	373 833,68
Em provisões económicas	641 502,46	1 318 467,28	358 165,81	1 601 803,93
Em provisões para devedores diversos	1 137,65	6 461,62	1 137,65	6 461,62
Em provisões para plafonds	9 880,28	10 284,55	9 880,27	10 284,56
Em provisões anti-ciclo		130 841,79		130 841,79
	835 421,69	1 698 608,37	410 804,48	2 123 225,58
Por diferenças temporárias em Activos				
Em correcções associadas ao crédito vencido	229 608,16	479 521,23	130 194,32	578 935,07
	1 065 029,85	2 178 129,60	540 998,80	2 702 160,65

A variação observada nos impostos diferidos confirma o já mencionado anteriormente. Assim constata-se o forte reforço, ocorrido neste exercício, ao nível dos impostos diferidos para provisões económicas (em linha com o reforço da mesma rubrica), provisões anti-ciclo e para correcções associadas ao crédito vencido (devido ao aumento da sinistralidade registada em 2009). É também visível a

reposição da quase totalidade dos impostos diferidos constituídos no exercício anterior para as rubricas de provisões económicas e correcções associadas a crédito vencido. Este facto é representativo do carácter temporário e de expurgação dos efeitos fiscais incluídos nas rubricas contabilísticas, que representam a base da teoria associada à contabilização e tratamento dos impostos diferidos.

A Sociedade não detém em carteira quaisquer acções próprias, nem é devedora de quaisquer importâncias ao Estado ou à Segurança Social, entidades perante as quais a sua situação se encontra regularizada.

#### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Fernando Ramos de Figueiredo – Presidente  
Renato Fernando Ribeiro da Silva  
João Artur Ferreira da Costa Rosa  
Anabela Pereira Dolores Frazão  
Rui Pedro Lopes Brogueira  
Luís Filipe Soares dos Santos  
Carlos Gustavo Vieira Farrajota Cavaco  
Isabel Maria Lopes Vieira Neto  
Vitor Manuel de Oliveira Ferreira  
Octávio José da Conceição Cordeiro  
Pedro Nuno de Matos Guimarães Neto

#### O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

António Carlos Gonçalves Lopes - TOC nº 8125

## Anexo

### Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais

Em 31 de Dezembro de 2009, nenhuma das pessoas singulares integrantes dos órgãos sociais da Sociedade detinha qualquer participação de capital na Garval – Sociedade de Garantia Mútua, S.A.. Por sua vez, as entidades representadas por essas pessoas eram titulares das seguintes participações no Capital Social da Garval:

▪ SPGM – Sociedade de Investimento, S. A.	4 822 121 acções
▪ Banco Espírito Santo, S.A	4 058 984 acções
▪ Banco BPI, S.A.	2 966 850 acções
▪ Caixa Geral de Depósitos, S.A..	2 761 130 acções
▪ Banco Santander Totta, S.A.	2 633 400 acções
▪ Banco Comercial Português, S.A	2 601 880 acções
▪ Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento	2 393 700 acções
▪ Turismo de Portugal, I.P.	920 000 acções

### Artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais

Em 31 de Dezembro de 2009, a relação dos accionistas com mais de 10% de participação no Capital Social da Sociedade era a seguinte:

▪ SPGM – Sociedade de Investimento, S.A.	13,78 %
▪ Banco Espírito Santo, S.A	11,60 %

**Accionistas Promotores**

O quadro seguinte lista as entidades que detêm, de acordo com a legislação aplicável, o estatuto de accionistas promotores:

Accionista Promotor	N.º de Acções	%
SPGM - Sociedade de Investimento, S.A.	4 822 121	13,78
Banco Espírito Santo, S.A.	4 058 984	11,60
Banco BPI, S.A.	2 966 850	8,48
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	2 761 130	7,89
Banco Santander Totta, S.A.	2 633 400	7,52
Banco Comercial Português, S.A.	2 601 880	7,43
IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento	2 393 700	6,84
Turismo de Portugal, IP	920 000	2,63
Caixa Económica Montepio Geral, S.A.	240 000	0,69
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL	100 000	0,29
Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	500	0,00
<b>Total Accionistas Promotores</b>	<b>23 498 565</b>	<b>67,14</b>



## IV. Relatório e Parecer do Fiscal Único

SANTOS CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas



### RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas

Em cumprimento do disposto na lei e no contrato de sociedade, compete-nos submeter à Vossa apreciação o relatório da nossa actividade e parecer sobre os documentos de prestação de contas e relatório apresentados pelo Conselho de Administração da GARVAL - Sociedade de Garantia Mútua, S.A., referentes ao ano de 2009.

Ao longo deste período, acompanhámos a actividade da Empresa, verificando, com a extensão considerada aconselhável, os valores patrimoniais, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte.

Como habitualmente, o Conselho de Administração e os Serviços prestaram-nos com prontidão os esclarecimentos e informações de que necessitámos.

Encerrado o exercício, analisámos o relatório do Conselho de Administração, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e o respectivo anexo.

Considerando que o relatório de gestão explana, com suficiente clareza, a evolução dos negócios sociais e que as demonstrações financeiras reflectem a correcta situação patrimonial da Empresa e os resultados das suas operações, somos de parecer que merecem ser aprovados:

- 1) O Relatório de Gestão, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e o respectivo anexo, referentes ao exercício de 2009, apresentados pelo Conselho de Administração;
- 2) A proposta de aplicação de resultados constante do mesmo relatório.

Porto, 2010 Março 05

O Fiscal Único

SANTOS CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC, S.A.,  
representada por

(António Augusto dos Santos Carvalho, R.O.C. n.º 16)

## Certificação Legal de Contas

SANTOS CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

NEXIA  
INTERNATIONAL



### CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

#### INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **GARVAL - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 2009 Dezembro 31 (que evidencia um total de € 57 243 978 e um total de capital próprio de € 47 093 895, incluindo um resultado líquido negativo de € 1 175 565), a Demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo naquela data e as correspondentes Notas anexas.

#### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

#### ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

Pessoa Colectiva 502 270 136. Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 71, no Registo de Auditores da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 250 e na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o nº 56440. Capital Social 50 000 Euro. Member of Nexia International, a worldwide network of independent auditors, business advisers and consultants.

Edifício Oporto Center  
Campo 24 de Agosto, 129 - 7º  
4300-504 PORTO - PORTUGAL  
Tel: (+351) 225 193 660  
Fax (+351) 225 193 661  
info@santoscarvsroc.pt  
www.santoscarvsroc.pt

SANTOS CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC, S.A.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas



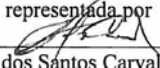
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrange também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da GARVAL - Sociedade de Garantia Mútua, S.A., em 2009 Dezembro 31 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para as instituições sujeitas à supervisão do Banco de Portugal.

Porto, 2010 Março 05

SANTOS CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC, S.A.,  
representada por

  
(António Augusto dos Santos Carvalho, R.O.C. n.º 16)

## VI. Relatório do Auditor Independente



Tel: +351 226 166 140  
Fax: +351 226 166 149  
www.bdo.pt

Rua S. João de Brito, 605 E,  
Escritório 3.2  
4100-455 Porto

### CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS (Relatório de Auditoria)

#### Introdução e responsabilidades

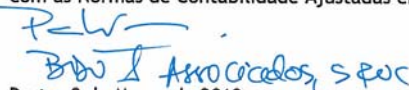
1. Examinámos as demonstrações financeiras da Garval - Sociedade de Garantia Mútua, SA, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2009 (que evidencia um activo líquido de 57 243 978 euros e capitais próprios de 47 093 895 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1 175 565 euros), a Demonstração dos Resultados e as correspondentes Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo naquela data. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame que realizámos às referidas demonstrações financeiras.

#### Âmbito

2. O nosso exame foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o exame seja planeado e executado com o objectivo de obtermos um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, por amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação da adequidade das políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação da adequidade, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### Opinião

3. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Garval - Sociedade de Garantia Mútua, SA em 31 de Dezembro de 2009, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

  
BDO & Associados, S.P.C.  
Porto, 8 de Março de 2010